



Portugal Telecom

Relatório e contas consolidadas

Primeiros Nove Meses de 2013

Relatório e contas consolidadas

Primeiros nove meses de 2013

01 Análise dos resultados consolidados	4
02 Evolução dos negócios	16
Portugal	16
Negócios Internacionais	24
Demonstrações financeiras consolidadas	31
Anexos	60
Glossário	63

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

Portugal Telecom

Telecomunicações em Portugal

Segmentos de cliente		Receitas (Milhões de euros)
Residencial		541
Pessoal	> PT Comunicações 100%	487
Empresa	> TMN 100%	594
Oferta Grossista, Outros		298

Telecomunicações no Brasil

Segmentos de cliente		Receitas (Milhões reais, 100%)
Residencial		7.697
Pessoal	> Oi 23,3% ^(a)	6.901
Empresa		6.338
Outros		277

(a) Os resultados da Oi são consolidados proporcionalmente com base na posição económica de 25,6% na Telemar Participações, acionista controlador do Grupo Oi.

Outros negócios de telecomunicações

			Receitas (Milhões de euros, 100%)
Unitel 25% (a)(b)	> Angola	> Móvel	1.203
MTC 34% (a)	> Namíbia	> Móvel	124
CVT 40% (a)	> Cabo Verde	> Fixo, móvel	52
Timor Telecom 44%	> Timor Leste	> Fixo, móvel	36
CST 51% (a)	> São Tomé e Príncipe	> Fixo, móvel	9

(a) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (b) Estas empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Outros negócios

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];

Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];

Call centers e serviços de telemarketing [Contax no Brasil 44,4%, PT Contact 100%]

01

Análise dos resultados consolidados

Resultados consolidados

Demonstração dos resultados consolidados ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	9M13	9M12	Δ13/12
Receitas operacionais	4.546,7	4.983,9	(8,8%)
Portugal ⁽²⁾	1.920,3	2.040,2	(5,9%)
Residencial	541,0	534,0	1,3%
Pessoal	486,7	517,2	(5,9%)
Empresas	594,4	670,6	(11,4%)
Oferta grossista, outros e eliminações	298,1	318,3	(6,3%)
Brasil - Oi	2.050,3	2.295,5	(10,7%)
Outros e eliminações	576,2	648,2	(11,1%)
Custos operacionais ⁽³⁾	3.032,4	3.255,1	(6,8%)
Custos com pessoal	763,2	831,1	(8,2%)
Custos diretos dos serviços prestados	770,6	828,3	(7,0%)
Custos comerciais	388,4	413,4	(6,0%)
Outros custos operacionais	1.110,2	1.182,3	(6,1%)
EBITDA ⁽⁴⁾	1.514,3	1.728,8	(12,4%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	37,0	46,9	(21,1%)
Amortizações	1.001,4	1.037,7	(3,5%)
Resultado operacional ⁽⁵⁾	475,9	644,2	(26,1%)
Outros custos (receitas)	32,7	(4,9)	n.s.
Custos com o prog. de redução de efectivos, líquidos	128,3	1,9	n.s.
Menos (mais) valias líq. na alienação de imobilizado	(17,9)	2,1	n.s.
Outros custos (ganhos) líquidos	(77,7)	(8,9)	n.s.
Resultado antes de resultados fin. e impostos	443,2	649,0	(31,7%)
Custos (ganhos) financeiros	103,6	277,0	(62,6%)
Juros suportados (obtidos) líquidos	425,6	368,6	15,5%
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(411,4)	(160,4)	156,5%
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	89,4	68,8	30,0%
Resultado antes de impostos	339,6	372,0	(8,7%)
Imposto sobre o rendimento	5,5	(114,7)	n.s.
Resultado antes de interesses não controladores	345,1	257,4	34,1%
Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores	(40,0)	(71,7)	(44,2%)
Resultado líquido consolidado	305,0	185,7	64,3%

(1) Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas". (2) As operações de telecomunicações em Portugal incluem a rede fixa e a TMN. (3) Custos operacionais = custos com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (4) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (5) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

Receitas operacionais consolidadas

Nos 9M13, as **receitas operacionais consolidadas** diminuíram 437 milhões de euros para 4.547 milhões de euros (-8,8% face aos 9M12), refletindo principalmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (328 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, nomeadamente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Namibiano face ao euro, as receitas operacionais consolidadas teriam diminuído 1,7% nos 9M13 face aos 9M12. Este desempenho é explicado pela diminuição nas receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal (120 milhões de euros) e pela menor contribuição dos outros negócios internacionais, nomeadamente da Contax,

01 Análise dos resultados consolidados

CVT e Timor Telecom, que mais do que compensou a maior contribuição da Oi e da MTC (37 milhões de euros e 17 milhões de euros, respetivamente).

Nos 9M13, as **receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal** diminuíram 5,9% face aos 9M12 para 1.920 milhões de euros, enquanto as receitas de serviço diminuíram 6,5% no mesmo período, tendo melhorado a tendência trimestral ao compararmos o 3T13 (-5,8% face ao 3T12) com o 2T13 (-7,0% face ao 2T12), o 1T13 (-6,7% face ao 1T12) e o 4T12 (-8,2% face ao 4T11). O desempenho das receitas continuou a ser impactado por dinâmicas ao nível de concorrência e de preço e pelo cenário macroeconómico. Neste contexto, nos 9M13, a PT apresentou um crescimento contínuo no segmento Residencial, assim como também apresentou uma melhoria das tendências no segmento Pessoal. O consumo privado em Portugal diminuiu 3,1% no 2T13, enquanto o segmento de Consumo da PT, que inclui os segmentos Residencial e Pessoal, apresentou uma diminuição das receitas de cliente de 1,5% no 3T13, superando o mercado e os concorrentes. Este desempenho prova o sucesso da oferta da PT, nomeadamente do M4O, que está a ganhar tração no mercado, tendo atingido 1,3 milhões de RGUs em novembro de 2013. O segmento Empresas está a ser penalizado pelas dinâmicas competitivas que estão a impactar as dinâmicas de preço, nomeadamente nos serviços móveis, apesar do melhor desempenho das grandes empresas no 3T13. As receitas do segmento Grossista, outros e eliminações diminuíram 6,3% nos 9M13 face aos 9M12, para 298 milhões de euros, refletindo menores acessos e receitas de capacidade e uma diminuição de 7 milhões de euros no negócio das listas telefónicas (-27,0% face aos 9M12), refletindo tendências seculares.

As **receitas da Oi** consolidadas proporcionalmente ascenderam a 2.050 milhões de euros (22.356 milhões de reais, equivalente a 100%) nos 9M13, o que compara com 2.296 milhões de euros (22.002 milhões de reais, equivalente a 100%) nos 9M12, uma diminuição de 245 milhões de euros que reflete o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (282 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, a contribuição da Oi para as receitas operacionais consolidadas da PT nos 9M13 teria atingido 2.332 milhões de euros, um aumento de 37 milhões de euros, explicado principalmente por: (1) um aumento nas receitas do segmento Residencial, devido à contribuição positiva nas receitas de banda larga e de TV por subscrição, que mais do que compensou a diminuição nas receitas de voz fixa, e (2) um aumento nas receitas do segmento de Mobilidade Pessoal, suportado pelo forte desempenho dos carregamentos no segmento pré-pago e também dos dados e serviços de valor acrescentado, num contexto de menores MTRs. As receitas da Oi foram consolidadas proporcionalmente, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador do Grupo Oi.

As **outras receitas**, incluindo as eliminações intragrupo, diminuíram 72 milhões de euros (-11,1% nos 9M13 face aos 9M12), para 576 milhões de euros, refletindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Namibiano face ao Euro (72 milhões de euros). Excluindo este efeito, as outras receitas ter-se-iam mantido relativamente estáveis em 648 milhões de euros uma vez que a maior contribuição da MTC, devido sobretudo a maiores receitas de retalho de voz e a um aumento significativo nos serviços de dados, foi compensada por um menor contributo da Contax (6 milhões de euros), refletindo menores receitas nos serviços brasileiros de call centre, e por um maior nível competitivo em alguns mercados.

A contribuição dos ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, para as receitas operacionais foi de 57,2% nos 9M13, enquanto o Brasil representou 52,1%, o que compara com 58,5% e 53,4% nos 9M12, respetivamente. Esta diminuição é explicada pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro.

01 Análise dos resultados consolidados

Custos Operacionais Consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)

Os **custos operacionais consolidados**, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, diminuíram 223 milhões de euros para 3.032 milhões de euros nos 9M13, face a 3.255 milhões de euros nos 9M12 (-6,8%), refletindo principalmente o impacto das variações cambiais face ao Euro (253 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, os custos operacionais consolidados teriam aumentado em 31 milhões de euros (+0,9% face aos 9M12), essencialmente em resultado de um aumento ocorrido nos negócios existentes no Brasil (51 milhões de euros), explicado principalmente por maiores custos com comissões e custos diretos, que refletem um aumento nos serviços prestados e nas vendas, e por um aumento nas despesas com serviços de terceiros, nomeadamente com despesas relacionadas com manutenção e reparação, em linha com o aumento na base de clientes e o foco na elevada qualidade. Estes efeitos mais do que compensaram os menores custos com provisões. O aumento dos custos nos negócios do Brasil foi parcialmente compensado por uma diminuição nos negócios em África (9 milhões de euros) e nos negócios de telecomunicações em Portugal (27 milhões de euros). A diminuição nos negócios de telecomunicações em Portugal é explicada por: (1) uma redução nos custos com o pessoal, refletindo um rigoroso controlo de custos e uma redução das remunerações em horário extraordinário; (2) uma diminuição nas despesas com serviços de terceiros e com marketing e publicidade em resultado de uma política de contenção de custos por parte da Portugal Telecom, e (3) uma redução nos custos dos produtos vendidos. Estes efeitos mais do que compensaram o aumento nos custos diretos, refletindo principalmente maiores custos de programação, em linha com o crescimento da base de clientes e com o investimento sustentado na diferenciação da oferta de conteúdos MEO.

Os **custos com pessoal** diminuíram 68 milhões de euros para 763 milhões de euros nos 9M13, face a 831 milhões de euros nos 9M12 (-8,2%), refletindo principalmente o impacto das variações cambiais face ao Euro (66 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, os custos com pessoal teriam diminuído 1 milhão de euros (0,2%) nos 9M13, refletindo essencialmente reduções: (1) nos negócios de telecomunicações em Portugal (7 milhões de euros), devido a menores remunerações variáveis e em horário extraordinário, melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal em resultado do plano de reestruturação implementado no segundo trimestre de 2013, e (2) nos negócios de telecomunicações no Brasil (4 milhões de euros), beneficiando de menores remunerações variáveis que mais do que compensaram um aumento nas remunerações fixas devido à internalização de algumas operações externas e à expansão dos canais de vendas, que se traduziram num aumento do número de empregados. Os custos com pessoal representaram 16,8% das receitas operacionais consolidadas nos 9M13.

Os **custos diretos** diminuíram 58 milhões de euros nos 9M13 (-7,0% face aos 9M12) para 771 milhões de euros, refletindo essencialmente o impacto das variações cambiais face ao Euro (62 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, os custos diretos teriam aumentado 4 milhões de euros (0,5%) nos 9M13, principalmente devido a um maior contributo dos negócios de telecomunicações no Brasil (7 milhões de euros), refletindo maioritariamente um aumento na TU-RL e no tráfego de SMS, aumento parcialmente compensado por uma redução nos custos de interligação, explicada por uma redução no tráfego e pelo efeito líquido da redução nas tarifas de terminação móvel (MTR). Estes efeitos foram parcialmente compensados por um menor contributo dos negócios de telecomunicações em Portugal (2 milhões de euros), em resultado de menores custos de tráfego na TMN, explicados pelo impacto da redução nas MTR reguladas e pela diminuição nos serviços prestados, e também menores custos relacionados com o negócio das listas telefónicas, efeitos que mais do que compensaram um aumento nos custos de programação, em linha com o crescimento sustentado do número de clientes e com o investimento na diferenciação da oferta de conteúdos do MEO, e custos mais elevados associados à prestação de serviços de soluções de TI/SI e serviços de *outsourcing*, como resultado do aumento do peso destes serviços na receita. Os custos diretos representaram 16,9% das receitas operacionais consolidadas nos 9M13.

01 Análise dos resultados consolidados

Os **custos comerciais**, os quais incluem custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com marketing e publicidade, diminuíram 25 milhões de euros para 388 milhões de euros nos 9M13 face a 413 milhões de euros nos 9M12 (6,0%). Os custos comerciais, ajustados pelo impacto das variações cambiais face ao Euro (24 milhões de euros), teriam diminuído 0,3% face aos 9M12 (1 milhão de euros), devido principalmente a uma redução nos negócios de telecomunicações em Portugal (8 milhões de euros), explicada por menores custos das mercadorias vendidas devido a uma menor subsidiação e a um menor custo médio por aparelho, e por menores despesas com marketing e publicidade, refletindo o enfoque na eficiência e controlo de custos, apesar do lançamento da nova oferta convergente M4O. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento nos negócios de telecomunicações no Brasil (6 milhões de euros), refletindo essencialmente um aumento nos custos com comissões, explicado por uma atividade comercial mais intensa e que se traduziu em maiores vendas e serviços prestados. Os custos comerciais representaram 8,5% das receitas operacionais consolidadas nos 9M13.

Os **outros custos operacionais**, os quais incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, diminuíram 72 milhões de euros para 1.110 milhões de euros nos 9M13, face a 1.182 milhões de euros nos 9M12 (-6,1%), refletindo essencialmente o impacto das variações cambiais face ao Euro (101 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, os outros custos operacionais teriam aumentado 2,5% (29 milhões de euros) para 1.211 milhões de euros nos 9M13, basicamente devido a uma maior contribuição dos negócios de telecomunicações no Brasil (42 milhões de euros), explicada por maiores despesas com serviços de terceiros, maiores despesas de manutenção e reparação, devido ao aumento na base de clientes e foco na elevada qualidade, efeitos que mais do que compensaram uma redução ocorrida nas provisões. A maior contribuição dos negócios de telecomunicações no Brasil foi parcialmente compensada por uma diminuição nos negócios de telecomunicações em Portugal (10 milhões de euros), refletindo os benefícios da implementação da rede FTTH da Portugal Telecom e da rede e 4G-LTE e de um extenso programa de transformação de *field force*, que continua a ser visível através da melhoria da qualidade de serviço e estrutura de custos mais baixos, e não obstante o aumento das despesas de manutenção no 1T13 devido às condições meteorológicas adversas naquele período.

EBITDA

Nos 9M13, o **EBITDA consolidado** diminuiu 214 milhões de euros (-12,4% face aos 9M12) para 1.514 milhões de euros, comparando com 1.729 milhões de euros nos 9M12, devido essencialmente: (1) à diminuição no EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal (93 milhões de euros, -10,2% face aos 9M12), refletindo menores receitas (120 milhões de euros), como explicado anteriormente; (2) ao impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (87 milhões de euros), e (3) à menor da contribuição da Oi (15 milhões de euros, excluindo o efeito cambial), refletindo essencialmente um aumento nos custos comerciais, nos de serviços externos e menores níveis de provisões nos 9M12. O EBITDA dos outros negócios diminuiu 19,9% nos 9M13 face aos 9M12 (25 milhões de euros) para 101 milhões de euros, refletindo a desvalorização do Real Brasileiro e outros efeitos cambiais negativos (19 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, o EBITDA nos outros negócios teria decrescido 6 milhões de euros, devido sobretudo a menores contribuições dos outros negócios internacionais, nomeadamente, da Contax, CVT e Timor Telecom. Adicionalmente, excluindo o impacto das variações cambiais face ao euro, o EBITDA consolidado teria diminuído 6,6% nos 9M13 face aos 9M12.

01 Análise dos resultados consolidados

EBITDA por segmento de negócio ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	9M13	9M12	Δ13/12
Portugal	822,8	916,0	(10,2%)
Brasil - Oi	590,7	687,0	(14,0%)
Outros	100,8	125,8	(19,9%)
EBITDA	1.514,3	1.728,8	(12,4%)
Margem EBITDA (%) ⁽²⁾	33,3	34,7	(1,4pp)

(1) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (2) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais

O EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal ascendeu a 823 milhões de euros nos 9M13 (-10,2% face aos 9M12), equivalente a uma margem de 42,8%, tendo melhorado a tendência trimestral quando comparando o 3T13 (-9,1% face ao 3T12) com o 2T13 (-9,7% face ao 2T12) e o 1T13 (-11,7% face ao 1T12). O desempenho do EBITDA resultou da diminuição nas receitas de serviço (125 milhões de euros), as quais têm uma maior alavancagem operacional, e também de novos serviços com menores margens no segmento Empresas. Com efeito, num contexto em que as receitas de serviço menos os custos diretos diminuiram 123 milhões de euros, o EBITDA diminuiu apenas 93 milhões de euros, refletindo o enfoque contínuo na redução de custos e na rentabilidade das operações. O desempenho do EBITDA em Portugal foi também penalizado pela contínua diminuição no negócio das listas telefónicas.

Nos 9M13, o EBITDA da Oi consolidado proporcionalmente ascendeu a 591 milhões de euros (6.441 milhões de reais, equivalente a 100%), com uma margem EBITDA de 28,8%, o que compara com 687 milhões de euros (6.585 milhões de reais, equivalente a 100%) nos 9M12. A diminuição de 96 milhões de euros inclui o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (81 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, a contribuição da Oi para o EBITDA consolidado da PT teria registado uma diminuição de 15 milhões de euros, face ao mesmo período do ano anterior, para 672 milhões de euros nos 9M13, em resultado de maiores custos de serviços externos, devido principalmente a maiores despesas de manutenção que refletem o aumento do número de clientes e o enfoque em melhorar a qualidade, e também de maiores custos comerciais, nomeadamente comissões, que refletem uma maior atividade comercial. Estes efeitos mais do que compensaram o aumento das receitas referido acima.

Os negócios internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, representaram 49,1% do EBITDA consolidado da PT nos 9M13, enquanto o Brasil representou 41,7% do EBITDA nesse período, face a 50,0% e 42,6% nos 9M12, respetivamente.

Resultado líquido

Os custos com benefícios de reforma diminuíram de 47 milhões de euros nos 9M12 para 37 milhões de euros nos 9M13, devido a um menor contributo dos negócios de telecomunicações em Portugal (11 milhões de euros), o qual reflete a redução nas taxas de desconto realizada no final de 2012, o que levou à diminuição do custo financeiro líquido nos 9M13. Os custos com benefícios de reforma em 2012 foram reexpressos de forma a refletir o impacto da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados. Está disponível informação adicional relativamente a esta matéria na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas".

As amortizações ascenderam a 1.001 milhões de euros nos 9M13, o que compara com 1.038 milhões de euros nos 9M12. Excluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (63 milhões de euros), as amortizações teriam aumentado 2,6% nos 9M13 face aos 9M12 (27 milhões de euros) para 1.064 milhões de euros. Este aumento

01 Análise dos resultados consolidados

é explicado, principalmente, por uma maior contribuição da Oi (53 milhões de euros, excluindo efeito cambial), refletindo a amortização das licenças 4G-LTE adquiridas em junho de 2012 e também o aumento nos investimentos realizados em 2013 face a 2012, nomeadamente na cobertura e capacidade das redes 2G e 3G da Oi e na capacidade, capilaridade e qualidade das redes fixa e de banda larga. As amortizações mais elevadas na Oi foram parcialmente compensadas por menores amortizações no negócio de telecomunicações em Portugal (28 milhões de euros), refletindo a diminuição no capex ocorrida desde 2012, face aos investimentos realizados nos anos anteriores em tecnologias de futuro e redes de nova geração, nomeadamente em FTTH e cobertura 4G-LTE.

Os custos com o programa de redução de efetivos ascenderam a 128 milhões de euros nos 9M13, refletindo principalmente um programa de aproximadamente 400 colaboradores implementado no 2T13.

As mais valias líquidas na alienação de imobilizado ascenderam a 18 milhões de euros nos 9M13, face a perdas líquidas de 2 milhões de euros nos 9M12, refletindo maioritariamente os ganhos de capital registados pela Oi no 3T13, totalizando aproximadamente 16 milhões de euros, relacionados com a venda de certos imóveis.

Os outros ganhos líquidos situaram-se nos 78 milhões de euros nos 9M13, face a perdas líquidas de 9 milhões de euros nos 9M12. Nos 9M13, esta rubrica inclui: (1) um ganho resultante da liquidação de obrigações contratuais reconhecidas no âmbito da aquisição do investimento na Oi em 2011, por um valor inferior aquele inicialmente registadas; (2) um ganho relacionado com o contrato de concessão da rede fixa, e (3) o reconhecimento de provisões e ajustamentos de forma a ajustar o valor contabilístico de certos ativos aos seus valores recuperáveis. Nos 9M12, esta rubrica inclui um ganho relativo à compensação líquida por custos de anos anteriores suportados pela PT com as obrigações do serviço universal, nos termos do contrato de concessão, líquido de provisões e ajustamentos registados de forma a ajustar o valor contabilístico de certos ativos aos seus valores recuperáveis.

Os juros líquidos suportados aumentaram para 426 milhões de euros nos 9M13, o que compara com 369 milhões de euros nos 9M12, refletindo principalmente: (1) o aumento no custo médio da dívida líquida, excluindo a consolidação proporcional da Oi e Contax, de 4,2% nos 9M12 para 5,3% nos 9M13, em resultado de um menor retorno das aplicações e também de um aumento no custo da dívida bruta de 4,4% nos 9M12 para 4,7% nos 9M13, e (2) uma maior contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, incluindo o impacto do aumento da sua dívida líquida média, o que mais do que compensou a redução no custo da dívida no Brasil e a desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro. O aumento da dívida líquida da Oi é explicado principalmente: (1) pelos pagamentos efetuados em abril de 2012 relativos à simplificação societária da Oi; (2) pelo free cash flow negativo gerado junho de 2012 e junho de 2013, o qual reflete também pagamentos efetuados referentes a processos judiciais em curso, e (3) pelos dividendos pagos em maio e em agosto de 2012 e em março e abril de 2013.

Os ganhos em empresas associadas ascenderam a 411 milhões de euros nos 9M13, incluindo um ganho de 310 milhões de euros relativo à venda do investimento na CTM. Ajustando por este impacto e pela participação da PT nos ganhos da CTM nos 9M12 (20 milhões de euros), os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 101 milhões de euros nos 9M13, face a 140 milhões de euros nos 9M12, devido principalmente a efeitos fiscais e cambiais, uma vez que, do ponto de vista operacional, as empresas associadas continuam a apresentar um bom desempenho.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, aumentaram de 69 milhões de euros nos 9M12 para 89 milhões de euros nos 9M13, refletindo principalmente: maiores perdas cambiais líquidas (14 milhões de euros) devido, principalmente,

01 Análise dos resultados consolidados

ao impacto da desvalorização do Dólar face ao Euro, e (2) maiores despesas financeiras líquidas, relativas maioritariamente a impostos financeiros e a determinados serviços bancários.

O imposto sobre o rendimento ascendeu a um ganho de 5 milhões de euros nos 9M13, face a uma perda de 115 milhões de euros nos 9M12, devido a menores resultados antes de imposto na generalidade dos negócios, sendo de destacar os maiores custos com redução de efetivos e com juros líquidos suportados.

Os lucros atribuíveis a interesses não controladores ascenderam a 40 milhões de euros nos 9M13 e a 72 milhões de euros nos 9M12. A redução de 32 milhões de euros reflete menores lucros atribuíveis a interesses não controladores: (1) dos negócios em África (15 milhões de euros), devido, principalmente, a efeitos fiscais e cambiais, e (2) da Oi (12 milhões de euros), em resultado da conclusão do processo de simplificação societária em março de 2012.

O resultado líquido ascendeu a 305 milhões de euros nos 9M13, comparado com 186 milhões de euros nos 9M12. O aumento é explicado, principalmente, por: (1) o ganho registado relativo à venda da participação na CTM, e (2) maiores ganhos não recorrentes. Estes efeitos foram parcialmente compensados por: (1) um menor EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal; (2) por custos relativos a um programa de redução de efetivos de aproximadamente 400 colaboradores; (3) maiores amortizações na Oi que refletem o aumento de capex ocorrido nos últimos anos, e (4) maiores juros líquidos suportados, quer nas operações em Portugal, quer no Brasil.

Capex

O capex ascendeu a 864 milhões de euros nos 9M13, equivalente a 19,0% das receitas, face a 890 milhões de euros nos 9M12. Excluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Namibiano face ao Euro (62 milhões de euros e 6 milhões de euros, respetivamente), o capex teria aumentado 4,7% nos 9M13 face aos 9M12. Este aumento é explicado por uma maior contribuição da Oi (77 milhões de euros, excluindo o efeito cambial), refletindo os investimentos efetuados na cobertura e capacidade da rede 3G, na implementação inicial da rede 4G-LTE e em serviços de TI, maioritariamente relacionados com atualizações e novas versões de sistemas. Este aumento na contribuição da Oi foi parcialmente compensado por uma menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal (34 milhões de euros), a qual ascendeu a 337 milhões de euros nos 9M13, incluindo os investimentos realizados durante os 9M13 na implementação do Data Center na Covilhã, inaugurado a 23 de setembro de 2013. Excluindo este efeito, o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal teria diminuído em 70 milhões de euros, para 300 milhões de euros (-19,0% nos 9M13 face aos 9M12). A expectativa é de que o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal seja mais relacionado com a procura, tendo em conta os recentes investimentos na modernização das redes e em tecnologia, e que em 2013 e 2014 seja abaixo dos 500 milhões de euros e 400 milhões de euros, respetivamente. O capex dos outros negócios diminuiu 9,7% nos 9M13 face aos 9M12, para 87 milhões de euros, refletindo principalmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Namibiano face ao euro (7 milhões de euros) e também um menor capex na CVT e na CST, no seguimento dos investimentos efetuados em 2012 no cabo submarino.

01 Análise dos resultados consolidados

Capex por segmento de negócio	Milhões de euros		
	9M13	9M12	Δ13/12
Portugal	336,7	370,4	(9,1%)
Brasil • Oi	440,1	423,5	3,9%
Outros	86,9	96,3	(9,7%)
Capex total	863,7	890,2	(3,0%)
Capex em % das receitas operacionais	19,0	17,9	1,1pp

Cash Flow

Nos 9M13, o cash flow operacional ascendeu a 489 milhões de euros, comparado com 617 milhões de euros nos 9M12. A diminuição no cash flow operacional (127 milhões de euros), é explicada: (1) pela diminuição no EBITDA menos Capex (188 milhões de euros), refletindo a redução de 113 milhões de euros e de 59 milhões de euros no EBITDA menos Capex dos negócios de telecomunicações no Brasil e em Portugal, respetivamente, e (2) por menores provisões e ajustamentos (20 milhões de euros), os quais representam itens não monetários incluídos no EBITDA, maioritariamente referentes à Oi. A diminuição no EBITDA menos capex foi parcialmente compensada por um menor investimento em fundo de maneio (80 milhões de euros), refletindo principalmente recebimentos de certas transações não-core realizadas pela Oi nos 9M13 e por um menor capex no 4T12 quando comparado ao 4T11, o que se traduziu em menores pagamentos a fornecedores nos 9M13 quando comparados com os 9M12. Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o cash flow operacional nos 9M13 teria ascendido a 380 milhões de euros, face a 413 milhões de euros nos 9M12, em resultado do menor investimento em fundo de maneio, como referido acima, o que compensou o menor EBITDA menos Capex registado no período.

Free cash flow	Milhões de euros		
	9M13	9M12	Δ13/12
EBITDA menos Capex	650,7	838,6	(22,4%)
Itens não monetários	74,9	94,4	(20,7%)
Variação do fundo de maneio	(236,2)	(316,5)	(25,4%)
Cash flow operacional	489,4	616,5	(20,6%)
Juros	(349,5)	(339,4)	3,0%
Reemb. (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos ⁽¹⁾	(28,0)	(32,2)	(13,2%)
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(117,3)	(116,3)	0,9%
Impostos sobre o rendimento	(87,9)	(132,7)	(33,8%)
Dividendos recebidos	26,4	57,4	(54,0%)
Venda da CTM	335,7	0,0	n.s.
Outros movimentos	(203,4)	(317,1)	(35,9%)
Free cash flow	65,5	(263,7)	n.s.

(1) Nos 9M13 e 9M12, esta rubrica inclui pagamentos relacionados com a transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português no montante de 16,0 milhões de euros e 19,7 milhões de euros, respetivamente.

Nos 9M13, o free cash flow consolidado ascendeu a 65 milhões de euros, enquanto nos 9M12 foi negativo em 264 milhões de euros, refletindo: (1) o montante de 336 milhões de euros recebido pela venda da CTM; (2) menores pagamentos relacionados com ações e depósitos judiciais no Brasil (108 milhões de euros), e (3) menores pagamentos de impostos (45 milhões de euros), quer nos negócios domésticos como nos estrangeiros. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um menor cash flow operacional (127 milhões de euros), como referido acima.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o free cash flow nos 9M13 teria ascendido a 322 milhões de euros, face a 183 milhões de euros nos 9M12, refletindo, em ambos os períodos, o elevado investimento em

01 Análise dos resultados consolidados

fundo de maneo que normalmente ocorre no primeiro trimestre relativo a despesas de investimento incorridas durante o quarto trimestre do ano anterior, beneficiando no entanto da venda da CTM no 2T13. A melhoria de 138 milhões de euros reflete o recebimento relativo à venda da CTM (336 milhões de euros) e menores pagamentos de impostos (13 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados por: (1) menores dividendos recebidos da Oi (125 milhões de euros), refletindo os 3 mil milhões de reais de dividendos pagos pela Oi nos 9M12 (2 mil milhões de reais relativos ao ano de 2011 e 1.000 milhões de reais em avanço sobre os resultados de 2012) face a 1.000 milhões de reais pagos nos 9M13 (os restantes 1.000 milhões relativo ao ano de 2012), (2) um menor cash flow operacional (33 milhões de euros); (3) menores dividendos recebidos das empresas associadas (31 milhões de euros), nomeadamente da Unitel em Angola, e (4) maiores pagamentos de juros suportados (25 milhões de euros).

Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada, excluindo a consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores e ajustada pelos créditos fiscais não utilizados relacionados a transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, ascendeu a 4.620 milhões de euros em 30 de setembro de 2013, tendo-se mantido estável face a 4.609 milhões de euros em 30 de junho de 2013, apesar do pagamento de dividendos pelas subsidiárias a outros acionistas, de impactos cambiais negativos nos depósitos bancários e de pagamentos relacionados com a liquidação de obrigações contratuais, já registadas no 2T13.

Variação da dívida líquida	Milhões de euros	
	9M13	9M12
Dívida líquida (balanço inicial)	7.711,2	6.612,8
Free cash flow (a subtrair)	65,5	(263,7)
Efeito de conv. cambial de dívida em moeda estrangeira	(255,5)	(168,4)
Dividendos pagos pela PT	277,9	556,7
Simplificação societária da Oi	0,0	296,1
Aquisição de ações próprias pela Oi	0,0	23,2
Outros ⁽¹⁾	95,0	180,3
Dívida líquida (balanço final)	7.763,2	7.764,5
Efeito fiscal sobre resp. não financiadas (a subtrair) ⁽²⁾	188,8	226,1
Dívida líquida ajustada (balanço final)	7.574,4	7.538,5
Dívida líquida da Oi e Contax, incluindo holdings (a subtrair)	2.953,9	2.947,9
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax (balanço final)	4.620,4	4.590,5
Variação da dívida líquida	52,0	1.151,7
Variação da dívida líquida (%)	0,7%	17,4%

(1) Esta rubrica inclui principalmente o pagamento relativo à licença 4G-LTE em Portugal no 1T12, os dividendos pagos pelas participadas da PT a acionistas não controladores e o montante relacionado à venda, por parte da Oi, da sua operação de cabos submarinos. (2) A dívida líquida encontra-se ajustada pelos créditos fiscais, ainda não utilizados, decorrentes dos montantes pagos ao Estado português em dezembro de 2011 e 2012 no âmbito da transferência das obrigações não financiadas dos planos de pensões.

A dívida líquida consolidada ascendeu a 7.763 milhões de euros em 30 de setembro de 2013, o que compara com 7.711 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 52 milhões de euros que reflete, principalmente: (1) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (278 milhões de euros, considerando o efeito da consolidação proporcional da participação de 10% detida pela Oi na PT) e pelas subsidiárias da PT a interesses não controladores (52 milhões de euros), e (2) o acordo celebrado pela Oi em julho de 2013 para a venda da sua operação de cabos submarinos, no seguimento do qual a posição de caixa deste negócio foi incluída nos ativos não correntes detidos para venda na demonstração da posição financeira consolidada (26 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo free cash flow positivo gerado no período (65 milhões de euros) e

01 Análise dos resultados consolidados

pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro, que resultou numa diminuição da dívida em 255 milhões de euros.

Em 30 de setembro de 2013, a dívida bruta consolidada ascendia a 10.691 milhões de euros, dos quais 82,8% era de médio e longo prazo e 3.340 milhões de euros respeitam ao impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores. Excluindo este efeito, a dívida bruta ascenderia a 7.350 milhões de euros, dos quais 81,0% era de médio e longo prazo, refletindo o efeito das obrigações de 1.000 milhões de euros com maturidade em 2020, emitidas no 2T13, e 82,5% vencia juros a taxas fixas.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o valor de disponibilidades acrescido do montante disponível em linhas de papel comercial e linhas de crédito, totalizou 3.312 milhões de euros no final de setembro de 2013, dos quais 771 milhões de euros correspondem a linhas de crédito e papel comercial não utilizadas.

Nos 9M13, excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o custo médio da dívida líquida da PT situou-se em 5,3%, o que compara com 4,2% nos 9M12, refletindo um menor retorno das aplicações de tesouraria e também um custo mais elevado da dívida bruta, o qual se situou em 4,7% nos 9M13 e 4,4% nos 9M12. Excluindo a Oi e a Contax, o custo da dívida bruta e líquida no 3T13 manteve-se estável quando comparado com o 2T13 e o 1T13. A maturidade da dívida líquida da PT, excluindo a Oi e a Contax, era de 5,7 anos em 30 de setembro de 2013, já incorporando as obrigações de 1.000 milhões de euros, a 7 anos, emitidas em maio de 2013, e o reembolso em abril de 2013 das obrigações de 1.000 milhões de euros, emitidas em abril de 2009.

Responsabilidades com benefícios de reforma

Responsabilidades com benefícios de reforma ⁽¹⁾	30 Setembro 2013	31 Dezembro 2012
Responsabilidades com pensões	123,3	127,3
Responsabilidades com cuidados de saúde	377,7	375,4
Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)	501,0	502,7
Valor de mercado dos fundos	(379,0)	(399,4)
Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde	122,0	103,3
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	748,5	730,4
Responsabilidades não financiadas brutas	870,5	833,7
Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal	652,9	625,3
Responsabilidades não financiadas brutas da Oi	61,6	72,7
Provisão para benefícios de reforma	932,1	906,5

(1) As demonstrações financeiras de 2012 foram ajustadas de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas".

Em 30 de setembro de 2013, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) dos negócios em Portugal, relativas a complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 501 milhões de euros e o valor de mercado dos ativos sob gestão ascendia a 379 milhões de euros, face a 503 milhões de euros e 399 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, respetivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento, no montante de 749 milhões de euros em 30 de setembro de 2013 (730 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), já incluindo os custos com o programa de redução de efetivos registados nos 9M13. Estes salários são pagos mensalmente diretamente pela PT aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, o total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal ascendia a 870 milhões de euros em 30 de setembro de 2013 e as responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 653 milhões de

01 Análise dos resultados consolidados

euros. Adicionalmente, a PT consolidou proporcionalmente as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma da Oi no montante de 62 milhões de euros em 30 de setembro de 2013 e 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

O valor total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal aumentou 37 milhões de euros para 870 milhões de euros em 30 de setembro de 2013, principalmente em resultado dos custos com o programa de redução de efetivos (128 milhões de euros), custos com benefícios de reforma (16 milhões de euros) e perdas atuariais líquidas (14 milhões de euros) registadas no período, efeitos que mais do que compensaram os pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados efetuados no período (117 milhões de euros nos 9M13). As responsabilidades não financiadas brutas da Oi diminuíram de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 para 62 milhões de euros em 30 de setembro de 2013, refletindo a contribuição efetuada em janeiro de 2013 para cobertura do défice do plano de pensões BrTPREV (9 milhões de euros) e o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (8 milhões de euros), efeitos que foram parcialmente compensados pelos custos com benefícios de reforma (5 milhões de euros).

Varição nas responsabilidades não financiadas brutas ⁽¹⁾	Milhões de euros	
	9M13	9M12
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	906,5	973,7
Custos com benefícios de reforma (PRBs) ⁽²⁾	20,8	30,3
Custos com o programa de redução de efetivos	128,3	1,9
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões ⁽³⁾	(11,9)	(12,5)
Pag. de salários a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(117,3)	(116,3)
Perdas (ganhos) atuariais líquidos	13,5	(0,9)
Ajustamentos de conversão cambial	(7,8)	(4,5)
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	932,1	871,7

(1) As demonstrações financeiras de 2012 foram ajustadas de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas". (2) Nos 9M13 e 9M12, esta rubrica exclui os custos com o serviço dos empregados ativos que tinham direito a pensões de reforma no âmbito dos planos transferidos para o Estado Português, nos montantes de 16,2 milhões de euros e 16,7 milhões de euros, respetivamente. (3) Esta rubrica inclui essencialmente as contribuições para os fundos de pensões realizadas pela Oi (8,5 milhões de euros nos 9M13 e 10,4 milhões de euros nos 9M12), deduzidas dos reembolsos líquidos obtidos do fundo do plano de cuidados de saúde.

Capital próprio

Varição no capital próprio (excluindo interesses não controladores) ⁽¹⁾	Milhões de euros
	9M13
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial)	2.304,6
Resultado líquido	305,0
Ajustamentos de conversão cambial líquidos	(384,7)
Dividendos pagos pela PT	(277,9)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(10,2)
Outros	(12,6)
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final)	1.924,2
Varição no capital próprio antes de interesses não controladores	(380,4)
Varição no capital próprio antes de interesses não controladores (%)	(16,5%)

(1) As demonstrações financeiras de 2012 foram ajustadas de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas".

Em 30 de setembro de 2013, o capital próprio excluindo interesses não controladores ascendia a 1.924 milhões de euros, representando uma diminuição de 380 milhões de euros nos 9M13, face a 2.305 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Esta diminuição é explicada, principalmente, por: (1) ajustamentos de conversão cambial negativos gerados no período (385 milhões de euros), relacionados principalmente com a desvalorização do Real

01 Análise dos resultados consolidados

Brasileiro face ao Euro; (2) dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (278 milhões de euros), e (3) perdas atuariais líquidas registadas no período (10 milhões de euros, líquidas de efeito fiscal). Estes efeitos mais do que compensaram o resultado líquido de 305 milhões de euros gerado no período.

Demonstração da posição financeira consolidada

O total do ativo diminuiu para 18,5 mil milhões de euros em 30 de setembro de 2013, face a 20,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, refletindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (1,1 mil milhões de euros) e o pagamento de dividendos pela PT aos seus acionistas no 2T13 (0,28 mil milhões de euros). O total do passivo situou-se em 16,1 mil milhões de euros em 30 de setembro de 2013, comparado com 17,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, refletindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (0,7 mil milhões de euros).

Demonstração da posição financeira consolidada ⁽¹⁾	Milhões de euros	
	30 setembro 2013	31 dezembro 2012 reexpresso
Disponibilidades e títulos negociáveis	2.927,5	3.387,3
Contas a receber	1.946,9	2.012,1
Existências	151,8	141,5
Depósitos judiciais	1.061,1	1.150,3
Investimentos financeiros	528,1	427,7
Ativos intangíveis	4.499,1	5.089,5
Ativos tangíveis	5.648,2	6.018,9
Ativos com planos de benefícios de reforma	8,2	11,4
Outros ativos	464,7	559,5
Impostos diferidos e custos diferidos	1.286,3	1.293,8
Total do ativo	18.522,0	20.092,0
Contas a pagar	933,9	1.263,2
Dívida bruta	10.690,7	11.098,5
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	940,3	917,9
Outros passivos	2.349,2	2.680,2
Impostos diferidos e proveitos diferidos	1.174,4	1.266,9
Total do passivo	16.088,5	17.226,7
Capital, excluindo interesses não controladores	1.924,2	2.304,6
Interesses não controladores	509,3	560,7
Total do capital próprio	2.433,5	2.865,3
Total do capital próprio e do passivo	18.522,0	20.092,0

(1) Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas".

02

Evolução dos negócios

Negócios de Telecomunicações em Portugal

Nos 9M13, os negócios de telecomunicações em Portugal continuaram a apresentar um crescimento estável da base de clientes, com os clientes de acessos fixos de retalho a aumentarem 2,6% face aos 9M12 para 5.137 mil (com adições líquidas de 85 mil nos 9M13) e os clientes móveis a aumentarem 5,7% face aos 9M12 para 7.807 mil (209 mil adições líquidas nos 9M13, impulsionadas por 313 mil adições líquidas de clientes pós-pago), sustentado no sucesso das ofertas da PT, nomeadamente do M4O, que continua a ganhar tração no mercado, tendo atingido cerca de 1,3 milhões de RGUs em novembro de 2013.

Dados operacionais - Portugal			
	9M13	9M12	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	5.137	5.007	2,6%
PSTN/RDIS	2.564	2.610	(1,7%)
Clientes de banda larga	1.280	1.200	6,7%
Clientes de TV	1.294	1.198	8,0%
Clientes móveis ('000)	7.807	7.386	5,7%
Póspagos	2.782	2.463	12,9%
Prépagos	5.025	4.922	2,1%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	85	212	(59,9%)
PSTN/RDIS	(40)	(38)	(6,4%)
Clientes de banda larga	55	94	(41,6%)
Clientes de TV	70	156	(54,9%)
Clientes móveis ('000)	209	(58)	n.s.
Póspagos	313	86	265,6%
Prépagos	(104)	(144)	27,6%
Dados em % das receitas de serviço (%)	36,2	32,1	4,1pp

O aumento dos clientes de acessos fixos de retalho foi impulsionado pelo sólido desempenho do MEO, o serviço de TV por subscrição da PT, com a base de clientes de TV por subscrição a aumentar 8,0% nos 9M13 face aos 9M12 para 1.294 mil (70 mil adições líquidas nos 9M13), confirmando o contínuo sucesso e a atratividade do MEO no mercado português, mesmo num contexto económico adverso e num mercado já com elevada penetração de TV por subscrição. Os clientes triple-play da PT (voz, banda larga e TV por subscrição) aumentaram 14,8% face aos 9M12, atingindo 921 mil nos 9M13 (88 mil adições líquidas nos 9M13).

Nos 9M13, os clientes móveis beneficiaram do desempenho dos clientes pós-pago, que aumentaram 12,9% face aos 9M12 para 2.782 mil (313 mil adições líquidas nos 9M13), beneficiando do lançamento da oferta convergente M4O, que está a levar a uma migração da base de clientes pré-pago para pós-pago. Os clientes pré-pago aumentaram 2,1% nos 9M13 face aos 9M12 para 5.025 mil, beneficiando do sucesso contínuo dos novos planos tarifários "Moche" (+37,0% nos 9M13 face aos 9M12 para 1.864 mil clientes, com 231 mil adições líquidas nos 9M13).

Residencial

Nos 9M13, os acessos de retalho ou unidades geradoras de receita de retalho (RGUs) do segmento Residencial aumentaram 2,3% face aos 9M12, atingindo 3.878 mil, com os acessos de TV por subscrição e de banda larga a

02 Evolução dos negócios

representarem já 56,9% do total de acessos de retalho em 30 de setembro de 2013. Nos 9M13, o MEO, o serviço de TV por subscrição da PT atingiu 1.167 mil clientes (+4,8% face aos 9M12), tendo registado 32 mil adições líquidas, enquanto a banda larga fixa atingiu 1.041 mil clientes com 26 mil adições líquidas. Os clientes únicos do segmento Residencial atingiram 1.854 mil, enquanto os clientes triple-play atingiram 818 mil (+10,1% nos 9M13 face aos 9M12) e já representavam 44,1% dos clientes únicos do segmento Residencial da PT, aumentando a sua liderança neste mercado. O crescimento contínuo e sustentado das ofertas triple-play, da TV por subscrição e da banda larga fixa no segmento Residencial levou a um ARPU estável em 31,8 euros e ao aumento dos RGUs por cliente único de 2,02 nos 9M12 para 2,09 nos 9M13, apesar de uma menor contribuição dos outros serviços de valor acrescentado, uma vez que as condições económicas em Portugal, nomeadamente o rendimento disponível e o consumo, continuam a revelar tendências decrescentes.

Dados operacionais - Segmento Residencial

	9M13	9M12	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	3.878	3.791	2,3%
PSTN/RDIS	1.671	1.683	(0,7%)
Clientes de banda larga	1.041	994	4,7%
Clientes de TV	1.167	1.114	4,8%
Clientes únicos	1.854	1.878	(1,3%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	37	234	(84,2%)
PSTN/RDIS	(21)	9	n.s.
Clientes de banda larga	26	84	(69,1%)
Clientes de TV	32	141	(77,3%)
ARPU (euros)	31,8	31,7	0,4%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	65,6	63,1	2,5pp

A experiência MEO é agora convergente. Em 11 de janeiro de 2013, em linha com a estratégia, para o segmento Residencial e Pessoal, de apostar em serviços fixo-móvel convergentes, a PT apresentou o novo MEO, com o reposicionamento da marca e o lançamento do primeiro serviço quadruple-play da PT: o M4O, uma oferta fixo-móvel verdadeiramente convergente que inclui TV, internet, voz fixa e móvel. O M4O oferece 120 canais, velocidade de até 100 Mbps (24 Mbps de velocidade para clientes ADSL 2+), voz ilimitada e dois a quatro cartões SIM, incluindo chamadas e SMS ilimitadas para todas as redes fixas e móveis, suportada nas redes 3G e 4G-LTE da PT. Recentemente, o M4O foi disponibilizado também em satélite, o que permitiu à PT alargar a sua oferta convergente para a totalidade do país. O M4O Satélite oferece o mesmo pacote, com a única diferença na oferta de canais. A PT lançou ainda um novo pacote com o nome de M3O que permite ao cliente escolher as mesmas funcionalidades que o M4O Satélite mas sem o acesso à internet e por menos 15 euros.

O M4O permite uma experiência de cliente única, refletida: (1) na faturação, através de uma fatura e valor único para toda a família, permitindo um total controlo de custos; (2) no self-care, com um portal online de self-care integrado para todos os produtos e serviços; (3) no CRM, permitindo uma visão integrada do cliente, e (4) nas vendas, permitindo aos clientes da PT uma experiência integrada online e nas lojas. A oferta M4O permite às famílias terem acesso a mais serviços e de qualidade superior, com uma mensalidade de 79,99 euros, incluindo dois cartões SIM, com voz e SMS ilimitados para todas as redes fixas e móveis e 200MB de acesso à Internet. Até dois cartões SIM adicionais podem ser incluídos com uma mensalidade de 7,5 euros por cartão. Já em abril de 2013, a PT lançou dois novos pacotes de Internet, um com 200MB de tráfego (IT Light) por 2,99 euros mensais e outro com 5GB (IT Ultra) por 19,99 euros mensais. Em simultâneo, a PT reposicionou as suas ofertas de TI existentes,

02 Evolução dos negócios

oferecendo uma economia adicional de até 55%: o IT Super que oferece 500MB de tráfego por 4,99 euros mensais e o IT Super Plus que oferece 1GB de tráfego por 7,99 euros mensais.

Durante os 9M13, a PT continuou a consolidar a liderança do MEO em termos de inovação, diferenciação de conteúdos e experiência do cliente. Relativamente ao MEO GO!, o serviço over-the-top que permite o acesso a mais de 60 canais, vídeo on demand e gravações em smartphones, tablets e PC através de WiFi e redes móveis, é importante destacar o lançamento da nova aplicação MEO GO! para tablets Android e iPad, para Windows 8 e a renovação do website do MEO GO!. O MEO continuou a inovar e a reforçar a sua oferta de conteúdos, através: (1) do lançamento do CM TV, "Correio da Manhã TV", em parceria com a Cofina, proprietária de vários jornais e revistas em Portugal, incluindo o tablóide mais lido em Portugal, "Correio da Manhã"; (2) o lançamento da KBS World canal HD, e (3) várias promoções nos conteúdos existentes, nomeadamente a campanha que oferecia duas mensalidades gratuitas da Globo Premium. Foram também disponibilizados novos conteúdos no MEO Kids. Adicionalmente, a PT continuou a concentrar-se na intensificação das parcerias com os fornecedores de conteúdos, focada na colaboração recíproca de forma a melhorar a sua qualidade e na renegociação dos acordos existentes, com o objetivo de adaptar ainda mais a estrutura de custos de conteúdos ao ambiente macro, permitindo uma redução dos seus custos. Em abril de 2013, o MEO lançou, em conjunto com a TVI, um canal português free-to-air líder, um canal interativo inteiramente dedicado ao novo programa "Big Brother VIP", permitindo o acesso à casa do Big Brother 24 horas por dia e acompanhar tudo o que acontece entre os concorrentes do reality show mais assistido do mundo. O canal "Big Brother VIP" situou-se no quarto lugar do ranking de audiências do mês de abril. No 3T13, o MEO lançou duas novas aplicações interativas sobre o botão vermelho para canais lineares, desenvolvendo aplicações para os programas de TV de maior sucesso em Portugal: (1) "Factor X", desenvolvida em parceria com a SIC, e (2) "I love it", uma série juvenil, desenvolvida em parceria com a TVI. Ainda no 3T13, aproveitando a quarta edição do programa Casa dos Segredos, o conhecido reality show da TVI, o MEO lançou o canal exclusivo Casa dos Segredos no final de setembro de 2013, no seguimento do sucesso dos programas anteriores, emitindo em direto 24 horas por dia o programa, com uma aplicação interativa que permite aos clientes selecionar a câmara através da qual pretendem seguir os concorrentes e com conteúdos exclusivos.

As campanhas de marketing continuam a beneficiar de uma elevada notoriedade no mercado de televisão português. No 3T13, o MEO lançou uma nova campanha, "Mundo MEO", com o objetivo de reforçar a sua posição no mercado como uma marca inovadora. Esta campanha descreve as principais funcionalidades do MEO: (1) MEO Kanal; (2) MEO Karaoke; (3) gravação PVR; (4) aplicações interativas, e (5) Music Box. No seguimento deste investimento contínuo na marca MEO, em setembro de 2013, o MEO foi premiado pela *Meios e Publicidade*, uma revista especializada portuguesa e independente, como marca do ano.

As receitas de serviço do segmento Residencial atingiram 536 milhões de euros nos 9M13, um aumento de 2,3% face aos 9M12, continuando a mostrar crescimento, sustentado nas adições líquidas positivas, apesar do aumento da agressividade competitiva, nomeadamente por um operador mais pequeno, da já elevada taxa de penetração de TV por subscrição e da alteração de ganhos de quota de mercado deixarem de ser por aumento do mercado global para a melhor proposta de valor. Este desempenho foi alcançado num contexto de elevado sucesso da oferta triple-play do MEO, resultando no aumento de RGUs por cliente único. Em resultado do aumento da penetração das ofertas triple-play, o peso dos serviços não voz nas receitas de serviço do segmento Residencial atingiu 65,6% nos 9M13 (+2,5pp face aos 9M12) e o peso das receitas de tarifas fixas atingiu 89,2% (+2,3pp face aos 9M12).

02 Evolução dos negócios

Pessoal

Nos 9M13, o número de clientes móveis do segmento Pessoal, incluindo clientes de voz e de banda larga, aumentou 7,7% face aos 9M12, melhorando ainda mais a tendência observada nos últimos trimestres (3T13:+7,7%, 2T13: +5,6%; 1T13: +3,2%, 4T12: +1,5%, 3T12: -1,1%; 2T12: -1,1% e 1T12: -0,9%). Nos 9M13, os clientes móveis do segmento Pessoal registaram 230 mil adições líquidas (126 mil desligamentos líquidos nos 9M12), alavancadas pelo sólido desempenho dos clientes pós-pago (321 mil adições líquidas nos 9M13). Este desempenho é sustentado pelo forte sucesso comercial do M4O, que está a impulsionar a transformação do mercado móvel Português através da introdução da convergência, o que permite uma diferenciação adicional das ofertas comerciais e ao mesmo tempo altera o enfoque do pré-pago para o pós-pago. De facto, de acordo com a Anacom, no 2T13 a PT ganhou quota de mercado pelo terceiro trimestre consecutivo, enquanto o mercado diminuiu nos últimos dois trimestres. Os resultados obtidos mostram um crescimento sólido e contínuo dos RGUs fixos e móveis. Em novembro de 2013, o total de RGUs associados ao serviço M4O atingiu cerca de 1,3 milhões, dos quais 43% das adições brutas são novos clientes para a PT. A oferta M4O está a provar que atrai novos clientes, uma vez que 47% subscreve dois sim cards, 24% subscreve três e 29% quatro. Os clientes pré-pago registaram 91 mil adições líquidas nos 9M13, melhorando face aos 9M12 (145 mil desligamentos líquidos). Esta melhoria é sustentada pelo sucesso comercial dos tarifários "Moche", no seguimento do novo posicionamento implementado em 2012 e do lançamento de duas novas campanhas: (1) uma no 2T13 para celebrar o primeiro aniversário dos tarifários "Moche" desenhados para o segmento inferior a 25 anos, e (2) outra no 3T13, a marcar o regresso às aulas e com forte presença nas escolas secundárias e universidades.

Dados operacionais • Segmento Pessoal

	9M13	9M12	Δ13/12
Clientes móveis ('000)	6.254	5.806	7,7%
Póspagos	1.414	1.082	30,6%
Prépagos	4.840	4.724	2,5%
Adições líquidas ('000)	230	(126)	282,3%
Póspagos	321	19	n.s.
Prépagos	(91)	(145)	37,2%
MOU (minutos)	97	94	3,3%
ARPU (euros)	7,6	8,8	(13,1%)
Cliente	7,2	8,1	(11,0%)
Interligação	0,5	0,7	(36,4%)
SARC (euros)	24,7	28,7	(14,0%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	35,7	32,9	2,7pp

A estratégia da PT para o segmento Pessoal está ancorada nas ofertas de dados móveis, suportada por uma rede de elevada qualidade, que oferece a melhor cobertura e uma elevada capacidade para fazer face à necessidade, cada vez maior, de largura de banda por parte dos clientes, e de fornecer a melhor qualidade de serviço do mercado. A PT tem a melhor cobertura de rede 4G-LTE, que abrange 92% da população, e permite velocidades de até 150 Mbps. A PT está a testar o LTE-Advanced e já alcançou velocidades de 300Mbps, preparando a evolução da oferta 4G-LTE. As ofertas comerciais da TMN incluem: (1) planos tarifários de voz e dados, desenhados para integrar planos ilimitados, direcionados aos segmentos pós-pago de maior valor e, no segmento pré-pago, para evitar a migração para planos tarifários de menor valor, através da oferta de serviços adicionais de voz e dados; (2) oferta distinta de smartphones, alavancada num portfólio abrangente de cerca de 30 smartphones, incluindo equipamentos exclusivos, e em serviços inovadores de valor acrescentado e convergentes para utilizar em mobilidade (TV móvel – MEO GO!; aluguer de músicas – Music Box; aplicação de navegação – TMN Drive, e Cloud PT, que oferece 16Gb de espaço de armazenamento grátis), e (3) ofertas de banda larga móvel competitivas de até 150Mbps de velocidade,

02 Evolução dos negócios

em 4G-LTE, e que permitem o acesso gratuito à rede nacional WiFi da PT, a rede líder do mercado. A oferta WiFi da PT inclui a autenticação automática do cliente, suportada no cartão SIM (EAP-SIM), com configuração padrão do terminal ou over-the-air, e transferência automática de tráfego 3G / 4G-LTE para WiFi sempre que o equipamento tem cobertura WiFi. Desta forma, o serviço WiFi é um claro complemento da cobertura 3G e 4G-LTE no tráfego de dados, aumentando assim a mobilidade e a satisfação do cliente e, em último caso, a sua fidelidade.

Em janeiro de 2013, o serviço 4G-LTE multi-SIM da TMN, que permite aos clientes partilhar o plafond de Internet entre o smartphone, o tablet e o PC foi eleito o produto do ano na categoria de planos tarifários móveis. Este prémio é o resultado de um inquérito independente, realizado aos consumidores, no setor de bens de consumo. Em março de 2013, na sequência do lançamento da oferta quadruple-play do MEO, a TMN reposicionou os seus planos tarifários "Unlimited" e lançou uma campanha comercial com o objetivo de reforçar a competitividade dos planos tarifários pós-pago destinados aos consumidores que pretendem utilizar os seus smartphones sem limitações de serviços de voz e dados. Os novos tarifários "Unlimited" oferecem serviços de voz e SMS ilimitados para todas as redes nacionais, até 5GB de Internet, acesso ilimitado à rede WiFi da PT, 16GB de armazenamento de dados na Cloud PT e acesso gratuito ao "Musicbox", o serviço de streaming de música da PT. Os tarifários "Unlimited" abrangem diferentes perfis de utilização de Internet: desde o "Unlimited S" que, ao preço de 15,9 euros mensais, oferece 200MB por mês até ao "Unlimited XL", ao preço de 69,9 euros mensais, e que oferece 5GB por mês. A TMN continuou a fortalecer o seu portfólio de smartphones, com o objetivo de diversificar os sistemas operacionais e oferecer uma ampla gama de equipamentos para responder à procura do cliente. Destaca-se o lançamento do Blackberry Z10, que utiliza o software BB10, e o Huawei Ascend W1, que utiliza o Windows Phone 8.

Nos 9M13, as receitas de cliente do segmento Pessoal diminuíram 7,2% face aos 9M12, para 395 milhões de euros, mostrando uma melhoria sequencial no 3T13 (-5,6% face ao 3T12) quando comparadas com o 2T13 (-7,4% face ao 2T12), 1T13 (-8,6% face ao 1T12), 4T12 (-9,1% face ao 4T11) e com o 3T12 (-11,2% face ao 3T11), apesar da situação económica desafiante, que se reflete na diminuição do rendimento disponível e do consumo. Esta melhoria sequencial foi conseguida num contexto de: (1) crescimento de clientes com taxa fixa e aumento do peso destas receitas (37,0%, +7,1pp face aos 9M12), e (2) aumento das receitas de dados, explicado pelo aumento da penetração de smartphones e das receitas de "internetnotemóvel". A diminuição nas receitas de cliente refletiu: (1) carregamentos mais baixos e voláteis, em resultado de condições económicas difíceis, e (2) a concorrência nos preços e a migração para tarifários mais baratos. As receitas de interligação diminuíram 33,7% nos 9M13 face aos 9M12, para 25 milhões de euros, contribuindo para a diminuição de 9,4% nas receitas de serviço (3T13: -6,7% face ao 3T12; 2T13: -10,0% face ao 2T12; 1T13: -11,4% face ao 1T12; 4T12: -11,9% face ao 4T11 e 3T12: -13,2% face ao 3T11). Com efeito, as MTRs diminuíram ao longo de 2012 de 3,5 cêntimos de euro para 1,27 cêntimos de euro em 31 de dezembro de 2012. O ARPU do segmento Pessoal foi de 7,6 euros (-13,1% face aos 9M12) e o ARPU de cliente foi de 7,2 euros (-11,0% face aos 9M12). O peso das receitas não voz nas receitas de serviço foi de 35,7% nos 9M13 (+2,7pp face aos 9M12), refletindo o sólido desempenho dos serviços de dados móvel "internetnotemóvel".

Empresas

O segmento Empresas (segmento B2B – business to business) inclui serviços de voz e dados, fixos e móveis, e ofertas convergentes e integradas de TI fornecidas a empresas de grande, média e pequena dimensão. Neste segmento, a PT pretende aumentar a sua base de receitas para mais do que a conectividade e serviços históricos de voz, aproveitando as oportunidades no setor das TIC, incluindo serviços cloud, de outsourcing e de BPO, sustentado em soluções avançadas para empresas e em investimentos em centros de dados de desempenho superior, de forma a responder à procura de serviços que exigem maior largura de banda e à virtualização.

02 Evolução dos negócios

No 2T13, a PT reposicionou a sua oferta M4O, disponível para as pequenas e médias empresas, em termos de preço e disponibilizando mais canais de TV. Este reposicionamento incluiu o reposicionamento do portfólio de TI, extendendo os planos tarifários existentes e criando novos, de forma a ter uma oferta mais abrangente. No 3T13, a PT lançou o M3O Fibra, ADSL e Satélite, disponível para as pequenas e médias empresas, com TV por subscrição e voz fixa e móvel, para os clientes que não pretendem banda larga fixa. Para os clientes M4O, a PT lançou também no 3T13, uma nova opção ilimitada com condições especiais para o terceiro e quarto cartão SIM, em conjunto com as já existentes para o primeiro e segundo. Ao longo do ano, a pressão competitiva deteriorou-se, levando a uma diminuição ainda mais significativa dos preços, mais visível nos serviços de voz móvel. Apesar deste contexto competitivo e das condições económicas adversas, a PT está a ganhar momentum operacional no segmento das pequenas e médias empresas com adições líquidas positivas em todos os serviços fixos. Em resultado, no 3T13, o peso dos clientes que detêm pelo menos 1 serviço fixo e 1 móvel aumentou 4,9pp face ao 3T12, enquanto o peso dos clientes que subscrevem ofertas convergentes (4P e 5P) aumentou 6,9pp face ao 3T12. Esta melhoria do desempenho operacional reflete o sólido sucesso da oferta M4O, permitindo à PT ser líder de mercado em todos os serviços: voz (fixa e móvel), banda larga (fixa e móvel) e televisão por subscrição, no segmento das pequenas e médias empresas.

No que respeita às grandes empresas, a PT simplificou a sua oferta comercial de Serviços de Gestão, descontinuando alguns serviços e padronizando a sua oferta nas várias áreas, WAN, LAN/WAN e voz. Para os serviços web SmartCloudPT, a PT disponibilizou uma versão atualizada da plataforma de suporte para o Microsoft Exchange Email SmartCloudPT, com maior capacidade de armazenamento e períodos de retenção, assim como melhorou a funcionalidade do interface de webmail. Adicionalmente, a PT desenvolveu várias iniciativas chave de forma a continuar a transformação do negócio, tais como: (1) reforço da sua estratégia de TI / SI / Cloud, com parcerias e contratos iniciais estabelecidos com clientes chave; (2) reconhecimento da oferta SmartCloudPT com a atribuição do prémio 2013 EuroCloud Portugal, o que reforça a posição da PT como líder nos mercados de TI e cloud; (3) melhoria da oferta M2M com o lançamento dos Serviços de Gestão de Conetividade, e (4) simplificação da oferta e revisão dos processos de venda das soluções VoIP / Comunicações Unificadas. Ao longo do ano, a atividade comercial continuou a abrandar e a pressão competitiva continuou agressiva, influenciando o desempenho operacional e financeiro.

Dados operacionais • Segmento Empresas

	9M13	9M12	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	1.069	1.024	4,4%
PSTN/RDIS	708	738	(4,0%)
Clientes de banda larga	236	203	16,4%
Clientes de TV	125	82	51,0%
RGU de retalho por acesso	1,51	1,39	8,9%
Clientes móveis ('000)	1.499	1.516	(1,1%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	51	(63)	180,3%
PSTN/RDIS	(17)	(88)	81,2%
Clientes de banda larga	29	10	177,7%
Clientes de TV	38	14	165,0%
Clientes móveis ('000)	(15)	71	(121,0%)
ARPU (euros)	21,2	23,9	(11,5%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	53,3	49,0	4,3pp

As receitas operacionais do segmento Empresas diminuíram 11,4% nos 9M13 face aos 9M12, para 594 milhões de euros, demonstrando uma ligeira melhoria sequencial, penalizada pelo ambiente económico e pressão no preço,

02 Evolução dos negócios

nomeadamente: (1) pelas iniciativas por parte da administração pública relacionadas com elevado corte de custos e redução significativa nos investimentos em novos projetos; (2) pelas iniciativas de redução de custos das grandes empresas, mais visíveis em certos setores, tais como banca e serviços financeiros e setor farmacêutico; (3) pelas pequenas e médias empresas, que em 2012 tiveram um comportamento mais resiliente, estão agora mais penalizadas pelo contexto económico e financeiro, com um maior impacto nas receitas do móvel, e (4) pela intensa concorrência de preços nos vários segmentos. Não obstante o cenário económico, a PT manteve uma sólida liderança, tanto em grandes empresas, como nas PME, ancorada nos seus produtos e serviços diferenciadores para ambos os segmentos de mercado, como acima referido. Nos 9M13, os serviços não voz representaram 53,3% das receitas de retalho do segmento Empresas, aumentando 4,3pp face ao mesmo período do ano anterior.

Desempenho financeiro consolidado em Portugal

Informação financeira • op. de telecomunicações portuguesas	Milhões de euros		
	9M13	9M12	Δ13/12
Receitas operacionais	1.920,3	2.040,2	(5,9%)
Residencial	541,0	534,0	1,3%
Receitas de serviço	535,8	523,7	2,3%
Vendas e outras receitas	5,2	10,3	(49,3%)
Pessoal	486,7	517,2	(5,9%)
Receitas de serviço	420,2	463,6	(9,4%)
Receitas de cliente	394,8	425,3	(7,2%)
Receitas de interligação	25,4	38,3	(33,7%)
Vendas e outras receitas	66,6	53,7	24,1%
Empresas	594,4	670,6	(11,4%)
Oferta grossista, outros e eliminações	298,1	318,3	(6,3%)
Custos operacionais	1.097,5	1.124,3	(2,4%)
Custos com pessoal	176,0	182,6	(3,6%)
Custos directos dos serviços prestados	339,6	341,6	(0,6%)
Custos comerciais	209,2	217,5	(3,8%)
Outros custos operacionais	372,6	382,6	(2,6%)
EBITDA ⁽¹⁾	822,8	916,0	(10,2%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	31,7	43,0	(26,2%)
Amortizações	483,0	510,5	(5,4%)
Resultado operacional ⁽²⁾	308,1	362,5	(15,0%)
Margem EBITDA ⁽³⁾	42,8%	44,9%	(2,0pp)
Capex	336,7	370,4	(9,1%)
Capex em % das receitas operacionais	17,5%	18,2%	(0,6pp)
EBITDA menos Capex	486,1	545,5	(10,9%)

(1) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (2) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (3) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

Nos 9M13, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuíram 120 milhões de euros (-5,9% face aos 9M12) para 1.920 milhões de euros. Este desempenho refletiu a queda de receita nos segmentos de clientes Empresas e Pessoal (76 milhões de euros e 30 milhões de euros, respetivamente), uma vez que o segmento Empresas continua a ser penalizado por diminuições de preços, enquanto o segmento Pessoal continua a ser penalizado por concorrência no preço e pela diminuição das MTRs. As receitas do segmento Residencial aumentaram 1,3% nos 9M13 face ao 9M12, continuando a revelar crescimento sustentado por adições líquidas positivas, não obstante uma já elevada taxa de penetração de TV por subscrição e da alteração decorrente dos

02 Evolução dos negócios

ganhos de quota de mercado serem alcançados não por aumento do mercado global mas pela melhor proposta de valor. As receitas grossistas, de outros negócios e eliminações diminuíram para 298 milhões de euros (-6,3% face aos 9M12), incluindo uma diminuição de 7 milhões de euros (-27,0% face aos 9M12) no negócio de listas telefónicas, refletindo a tendência secular e num contexto de aumento de popularidade das alternativas online.

Apesar do fato do desempenho das receitas em Portugal continuar a ser impactado pelas condições macroeconómicas, pode verificar-se uma estabilização sustentada das receitas no segmento Residencial e a melhoria das tendências nos segmentos Pessoal e Empresas. O consumo privado em Portugal diminuiu 3,1% no 2T13, enquanto o segmento de consumo da PT, que inclui os segmentos Residencial e Pessoal, apresentou receitas de cliente a diminuir 1,5% no 3T13, superando o mercado e os concorrentes. Este desempenho foi alcançado através de fortes dinâmicas comerciais nos vários canais de venda. Nos 9M13, as receitas em Portugal foram penalizadas também por movimentos de regulação adversos (40 milhões de euros), incluindo menores MTRs (24 milhões de euros) e roaming (6 milhão de euros). Excluindo os efeitos relacionados com a regulação, as receitas teriam diminuído 3,9% nos 9M13 face aos 9M12.

Nos 9M13, os custos operacionais excluindo amortizações e depreciações e PRBs diminuíram 2,4% face aos 9M12 (27 milhões de euros), para 1.097 milhões de euros. Os custos com pessoal diminuíram 3,6% face aos 9M12 para 176 milhões de euros, devido ao menor nível de remunerações fixas e horas extraordinárias pagas, a maiores níveis de eficiência em certos processos internos e a menores custos associados ao plano de reestruturação implementado no 2T13. Os custos diretos diminuíram 0,6% nos 9M13 face aos 9M12, para 340 milhões de euros, refletindo principalmente: (1) menores custos associados ao tráfego de dados em roaming; (2) menores custos de interligação, e (3) menores custos associados ao negócio de listas telefónicas e não obstante custos de programação mais elevados (+4,1% nos 9M13 face aos 9M12), devido ao crescimento sustentado da base de clientes e ao investimento na diferenciação da oferta de conteúdos do MEO. Apesar deste investimento, os custos de programação por cliente diminuíram 6,4% nos 9M13 face aos 9M12. Os custos comerciais diminuíram 3,8% nos 9M13 face aos 9M12, para 209 milhões de euros, refletindo menores custos das mercadorias vendidas (-8,7% face aos 9M12), devido a uma menor subsidiação e a menores custos médios dos equipamentos. Este desempenho dos custos comerciais foi alcançado apesar dos custos associados ao lançamento e implementação no mercado da nova oferta convergente M4O, que já conta com cerca de 1,3 milhões de RGUs em novembro de 2013. As outras despesas operacionais diminuíram 2,6% nos 9M13 face aos 9M12, para 373 milhões de euros, devido a um enfoque rígido em controlo de custos e rentabilidade e também devido a uma maior produtividade nas atividades de manutenção, explicada pela implementação de redes de nova geração (FTTH). Os benefícios estruturais ao nível dos custos decorrentes da implementação da rede FTTH e 4G-LTE e da transformação no programa operacional continuam a ser visíveis através da melhoria da qualidade de serviço e de menores custos de estrutura.

Nos 9M13, o EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal ascendeu a 823 milhões de euros (-10,2% face aos 9M12), com uma margem de 42,8% (-2,0pp face aos 9M12). O desempenho do EBITDA refletiu, principalmente, a diminuição das receitas de serviço (125 milhões de euros), que têm uma maior alavancagem operacional. Com efeito, as receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 123 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu 93 milhões de euros, em resultado de menores custos operacionais que resultam de medidas de contexto mas também do fato de que as novas tecnologias são mais eficientes em termos de custos.

O capex dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuiu 9,1% nos 9M13 face aos 9M12, para 337 milhões de euros, equivalente a 17,5% das receitas (-0,6pp face aos 9M12), incluindo o investimento realizado no Data Centre, inaugurado no dia 23 de setembro de 2013. Excluindo este efeito, o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal teria diminuído em 70 milhões de euros, para 300 milhões de euros (-19,0% nos

02 Evolução dos negócios

9M13 face aos 9M12), devido principalmente a um menor capex de infraestrutura e tecnologia em resultado do forte investimento realizado nos últimos anos, nas redes de FTTH e 4G-LTE. Nos 9M13, o investimento dos negócios de telecomunicações em Portugal foi direcionado, principalmente, para: (1) investimentos em projetos de TI/SI, o que representou 26% do capex total nos 9M13; (2) capex de cliente, que ascendeu a 120 milhões de euros (-13,5% face aos 9M12), e (3) capex de tecnologia e infra-estrutura (122 milhões de euros, -31,1% face aos 9M12). Estes investimentos passados traduziram-se numa clara liderança da PT na cobertura em FTTH e 4G-LTE em Portugal, onde a PT já cobre 1,6 milhões de casas com FTTH e 92% da população com 4G-LTE, o que permite velocidades de até 150 Mbps. A PT está a testar o LTE-Advanced e já alcançou velocidades de 300Mbps, preparando a evolução da oferta 4G-LTE. Nos 9M13, o EBITDA menos capex diminuiu 10,9% face aos 9M12, para 486 milhões de euros.

A expectativa é de que o capex dos negócios de telecomunicações em Portugal seja mais relacionado com a procura, tendo em conta os recentes investimentos na modernização das redes e em tecnologia, e que em 2013 e 2014 seja abaixo dos 500 milhões de euros e 400 milhões de euros, respetivamente.

Negócios Internacionais

Oi

Nos 9M13, as unidades geradoras de receita (RGUs) da Oi ascenderam a 74.873 mil, um aumento de 2,2% face aos 9M12, incluindo: (1) 18.336 mil RGUs residenciais (+0,8% face aos 9M12); (2) 47.337 mil clientes móveis do segmento Mobilidade Pessoal, que aumentou 3,9% face aos 9M12, e (3) 8.542 mil RGUs do segmento Empresas, uma diminuição de 2,7% face aos 9M12. Num contexto macroeconómico menos atrativo e tendo em consideração o enfoque da empresa na disciplina financeira, a Oi adotou uma estratégia de negócio mais conservadora, ajustando as políticas de crédito e revisitando os processos de venda de forma a assegurar o aumento da rentabilidade. Esta alteração tem como objetivo melhorar a qualidade da base de clientes, reduzindo os níveis de cobrança duvidosa e aumentando a fidelização de clientes.

Dados operacionais • Oi			
	9M13	9M12	Δ13/12
Residencial (RGUs '000)	18.336	18.189	0,8%
Linhas fixas	12.091	12.610	(4,1%)
Clientes de Banda larga fixa	5.336	4.975	7,3%
Clientes de TV por subscrição	909	604	50,5%
Mobilidade Pessoal	47.337	45.568	3,9%
Clientes pré-pago	40.676	39.483	3,0%
Clientes pós-pago + Oi controle	6.662	6.085	9,5%
Empresas	8.542	8.782	(2,7%)
Linhas fixas	5.222	5.371	(2,8%)
Clientes de Banda larga	623	581	7,2%
Clientes móveis	2.698	2.830	(4,7%)
Outros	657	726	(9,5%)
RGUs ('000)	74.873	73.265	2,2%

Nos 9M13, no segmento Residencial, e não obstante o enfoque na qualidade da base de clientes, a Oi continuou a apresentar uma desaceleração na tendência de perda de linhas, com as linhas fixas a diminuir 4,1% face aos 9M12. Os clientes de banda larga fixa e de TV por subscrição continuam a apresentar um crescimento sustentado, tendo aumentado 7,3% face aos 9M12 para 5.336 mil e 50,5% face aos 9M12 para 909 mil, respetivamente. Este

02 Evolução dos negócios

desempenho continua a confirmar a inversão da tendência histórica da rede fixa, uma vez que o número de desligamentos continua sobre controlo. Durante os 9M13, a Oi continuou a implementar iniciativas focadas em vendas cruzadas, pacotes e retenção, ao mesmo tempo que adequa a sua oferta a cada segmento de mercado. Neste contexto, o esforço de vendas está agora concentrado em vender banda larga e TV por subscrição a clientes de voz fixa e em promover a convergência fixo-móvel. Esta estratégia nacional é complementada com um enfoque local e regional, com campanhas e promoções diferenciadas, com o objetivo de aumentar a competitividade da Oi regionalmente e aproveitando oportunidades de crescimento locais. Adicionalmente, a Oi continua enfocada em expandir a capilaridade e em aumentar a cobertura da sua rede de banda larga. Como resultado destes esforços, a velocidade média da banda larga da base de clientes residenciais da Oi foi de 3,7 Mbps no 3T13, o que compara com 3,0 Mbps no 3T12 (+23%), refletindo que 37% (+8pp face ao 3T12) dos clientes de banda larga da Oi têm velocidades acima dos 5Mbps e aproximadamente 17% tem já velocidades acima dos 10Mbps.

Nos 9M13, os clientes de TV por subscrição atingiram 909 mil (+50,5% face aos 9M12). A desaceleração sequencial do aumento de clientes de TV por subscrição reflete, principalmente, uma estratégia de negócio mais conservadora, como referido acima, alinhada com o compromisso da Oi em vender com qualidade em todos os segmentos de cliente. As iniciativas adotadas neste segmento incluem uma política de crédito mais restrita, alterações nos preços de entrada dos vários pacotes e alterações na política de comissionamento, condicionando o pagamento das comissões ao pagamento por parte dos clientes das primeiras faturas. A base de clientes de TV por subscrição da Oi representa agora 7,5% das linhas fixas (+2,7pp face aos 9M12), refletindo a contínua implementação de um importante nível de retenção e upselling no segmento residencial. Com efeito, a oferta de TV por subscrição da Oi tem pacotes de entrada com canais HD a preços competitivos, aumentando assim o seu potencial de penetração na sua base de clientes fixos. Adicionalmente, a oferta inclui canais pay-per-view e estreias de filmes, entre outras funcionalidades, que permitem, cada vez mais, aumentar o ARPU do segmento. Em junho de 2013, entrou em órbita um novo satélite pela Oi (SES-6) de forma a aumentar a sua capacidade DTH. O satélite SES-6 permitirá não só melhorar a qualidade de sinal e de cobertura mas também a expansão da oferta de TV por subscrição da Oi, permitindo o reforço do seu alinhamento de canais e a inclusão de novos serviços interativos e pay-per-view. A capacidade adicional garantida pelo satélite SES-6 permitirá impulsionar a estratégia de TV por subscrição da Oi permitindo o crescimento do DTH no médio e longo prazo. Simultaneamente, a Oi continua a desenvolver o seu piloto de IPTV através de FTTH, que está atualmente disponível em determinados bairros do Rio de Janeiro. A oferta implica ligações de banda larga com velocidades de até 200 Mbps e planos de IPTV.

Em 30 de setembro de 2013, a Oi tinha 7 milhões de clientes com mais do que um serviço subscrito, equivalente a 57% da base de clientes residencial (+5pp comparando com 30 de setembro de 2012).

Nos 9M13, as receitas do segmento Residencial da Oi aumentaram 4,2% face aos 9M12, para 7.697 milhões de reais, continuando a demonstrar uma forte melhoria, devido à contribuição positiva das receitas dos serviços de banda larga e de TV por subscrição, que mais do que compensaram a pressão histórica nas receitas de voz fixa. Este desempenho, em conjunto com a redução significativa do churn das linhas fixas, é explicado pelo sucesso da estratégia da Oi em oferecer serviços e iniciativas convergentes para aumentar a rentabilidade e a fidelidade dos clientes.

No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes móveis da Oi ascenderam a 47.337 mil (+3,9% face aos 9M12) com adições líquidas de 1.033 mil nos 9M13. Nos 9M13, a Oi atingiu 6.662 mil clientes pós-pago (+9,5% face aos 9M12) no segmento de Mobilidade Pessoal. Os clientes pós-pago representam 14,1% da base de clientes do segmento de Mobilidade Pessoal nos 9M13 (13,4% face aos 9M12). A base de clientes pós-pago manteve-se estável no 3T13

02 Evolução dos negócios

quando comparada com o 2T13, uma vez que a Oi está a tornar-se mais restrita nas suas vendas e na subsídio de equipamentos e está mais concentrada na qualidade das vendas e em reduzir churn. Estas iniciativas refletem uma envolvente macroeconómica menos dinâmica e um enfoque renovado em disciplina financeira e pretendem atingir um crescimento sustentável e uma monetização da base de pós-pago. O elevado e consistente número de clientes sob programas de fidelização está a impulsionar a diminuição do churn voluntário, quer em termos de clientes pós-pago, como de clientes com acesso móvel através da Oi Conta Total.

Os clientes pré-pago ascenderam a 40.676 mil nos 9M13, um aumento de 3,0% face aos 9M12. Tendo em consideração o enfoque da Oi em disciplina financeira e cash flow, o segmento de pré-pago é estrategicamente relevante devido às suas características intrínsecas, tais como: (1) custos de aquisição de cliente relativamente baixos; (2) sem custos de faturação ou cobrança; (3) sem tema de cobrança duvidosa, e (4) impacto favorável no fundo de maneio. Neste contexto, a Oi implementou, no 3T13, uma plataforma de gestão de campanhas ativa, que tinha lançado como piloto no 2T13, que permite customizar campanhas para os clientes pré-pago e Oi Controle através do envio de mensagens personalizadas e em tempo real, de forma a estimular carregamentos e a compra de serviços adicionais, com base nos perfis e contexto dos clientes, tornando assim as ofertas mais relevantes. A Oi está ainda a reforçar a sua presença nos canais de retalho e a expandir a sua rede de distribuição de cartões SIM e de pontos de venda de carregamentos, oferecendo assim uma maior conveniência aos seus clientes. Em resultado, a base de clientes pré-pago da Oi está, atualmente, mais concentrada em aumentar o número de clientes ativos e o segmento apresenta níveis de churn mais baixos no 3T13, mesmo tendo em consideração uma política de desligamentos mais restrita. Neste contexto, no 3T13, a Oi apresentou um aumento de 8,8% no 3T13 face ao 2T13 do volume bruto de carregamentos, melhor que o aumento de 3% da base de clientes pré-pago. O valor de carregamento médio no 3T13 foi o mais elevado desde 2010, tendo aumentado 6,9% face ao 3T12. De forma a suportar este crescimento, a Oi melhorou a sua infraestrutura de carregamentos, aumentando a sua capacidade de 5.000 para 7.000 transações por minuto. O consumo de dados móveis por clientes pré-pago continua a aumentar, de forma consistente, em termos de SMS e internet móvel, resultado de pacotes com serviços adicionais que complementam a oferta a clientes.

Em setembro de 2013, a Oi lançou o Oi Galera, um novo plano tarifário pré-pago, desenhado para os jovens com idades entre os 18 e os 25 anos, impulsionando uma nova estratégia com enfoque nos segmentos pré-pago e jovem. Esta nova oferta pretende promover o uso de serviços de internet móvel, aplicações e SMS para clientes cujos os perfis de consumo estão relacionados com a conectividade online e a partilha de experiências. O Oi Galera é uma oferta atrativa com voz, dados, SMS, música e acesso à maior rede de WiFi do Brasil, por um preço de 0,99 reais por cada dia de uso.

Nos 9M13, as receitas do segmento Mobilidade Pessoal da Oi ascenderam a 6.901 milhões de reais, tendo aumentado 3,9% face aos 9M12, num contexto de menores MTRs. As receitas de serviço (cliente) da Oi aumentaram 6,0% face aos 9M12 para 4.871 milhões de reais, suportadas por um forte desempenho dos carregamentos e também dos serviços de dados e de valor acrescentado, explicado pelas iniciativas desenvolvidas para aumentar a penetração de dados na base de clientes e pela contínua expansão da rede 3G. Com efeito, a Oi continuou a investir na cobertura da sua rede móvel. Nos 9M13, a cobertura 3G da Oi chegou a 879 municípios, equivalente a 76% da população urbana, o que representa um aumento de 99%, ou 437 municípios, face a setembro de 2012. Esta melhoria é crítica para aumentar a penetração de dados na base de clientes e para conseguir um crescimento de receita consistente e sustentável. Adicionalmente, a Oi já oferece pacotes de dados 4G-LTE nas seis cidades que receberam a Taça das Confederações da FIFA (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza).

02 Evolução dos negócios

Os clientes do segmento Empresas da Oi ascenderam a 8.542 mil nos 9M13 (-2,7% face aos 9M12). Este desempenho reflete a diminuição de clientes fixos e móveis, nomeadamente no segmento das PME's, parcialmente compensada pelo aumento da banda larga e serviços de dados, particularmente no segmento de Grandes Empresas. A diminuição da base de clientes foi consequência, maioritariamente, da estratégia da Oi de se concentrar na rentabilidade, incluindo uma política mais racional na subsidiação de equipamentos, assim como a reavaliação dos processos de venda de forma a conseguir uma maior qualidade no mix de clientes.

Nos 9M13, as receitas do segmento Empresas da Oi aumentaram 0,4% face aos 9M12 para 6.338 milhões de reais. Este desempenho é explicado por um aumento nos contratos das Grandes Empresas, apesar da redução na base de clientes e de menores tarifas reguladas da oferta grossista.

Nos 3T13, a Oi lançou a segunda fase dos seus serviços de cloud computing, desenhados para os clientes Empresas. Este serviço reforça a oferta inovadora em tecnologia para os clientes da Oi com contrato de prestação de serviços. As novas soluções irão operar sobre a rede internacional de data centre da PT e Oi, incluindo o recentemente inaugurado na Covilhã, um dos maiores e mais eficientes no mundo. A estratégia da Oi é a de capturar as sinergias com a PT e retirar vantagem da sua experiência em cloud computing de forma a fornecer serviços mais completos, procurando soluções que trazem escala e disponibilidade, assim como redução de custos.

Os clientes móveis da Oi situaram-se nos 50.035 mil (+3,4% face aos 9M12), com 776 mil adições líquidas nos 9M13 e 18,4 milhões de adições brutas. Nos 9M13, a Oi concentrou-se em iniciativas de aumento de rentabilidade para os segmentos de pré-pago e controle, tais como a continuação da política restrita de limpeza da base e iniciativas de marketing direto customizadas e, para o segmento pós-pago, no compromisso com uma maior qualidade das vendas.

Nos 9M13, as receitas líquidas consolidadas pro-forma da Oi, como divulgadas pela Oi, aumentaram 2,2% face aos 9M12, para 21.213 milhões de reais, impulsionadas pelo aumento das receitas no segmento Residencial e Pessoal Mobilidade. No último caso, importa realçar o sólido e acelerado crescimento em termos de receitas de serviço (cliente). No 3T13, pelo quinto trimestre consecutivo, a Oi divulgou um crescimento anual nas receitas líquidas (3T13: +0,8% face ao 3T12; 2T13: +2,4% face ao 2T12; 1T13: +3,5% face ao 1T12; 4T12: +6,2% face ao 4T11; 3T12: +1,5% face ao 3T11, e 2T12: -2,4% face ao 2T11). Este crescimento foi atingido num contexto de menores MTRs e de enfoque na rentabilidade e proteção da posição financeira da Oi.

Receitas consolidadas pro-forma ⁽¹⁾ • Oi	Milhões de reais, 100%		
	9M13	9M12	Δ13/12
Residencial	7.697	7.385	4,2%
Mobilidade pessoal	6.901	6.640	3,9%
Serviços	4.871	4.596	6,0%
Uso de rede	1.656	1.750	(5,4%)
Material de revenda	374	294	27,2%
Empresas	6.338	6.315	0,4%
Outros serviços	277	412	(32,8%)
Receita líquida proforma	21.213	20.752	2,2%

(1) Os resultados pro-forma referem-se aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. Os resultados da Oi consolidados proporcionalmente pela PT diferem dos valores apresentados na tabela acima uma vez que são ajustados de forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos da PT, incluindo diferenças relativamente ao formato da demonstração dos resultados.

02 Evolução dos negócios

Nos 9M13, o EBITDA, como reportado pela Oi, ascendeu a 6.087 milhões de reais, com uma margem EBITDA de 28,7%. O desempenho do EBITDA refletiu maiores custos operacionais (+5,1% face aos 9M12 para 15.126 milhões de reais), em resultado do aumento: (1) nos custos com pessoal (+26,2% face aos 9M12), devido ao pagamento de benefícios salariais aos colaboradores, ajustes salariais relacionados com a inflação e à internalização da manutenção de rede; (2) nas provisões para cobranças duvidosas (+67,4% face aos 9M12), explicado pelo maior rigor nos requisitos de crédito a novos clientes, implementado pela Oi no 2T13, de forma a endereçar a deterioração do ambiente económico; (3) nos serviços de terceiros (+5,3% face aos 9M12), devido a maiores custos com conteúdos de TV por subscrição, e (4) nos custos comerciais (+6,5% face aos 9M12), pelo facto da Oi ter patrocinado a Taça das Confederações organizada pela FIFA. Este desempenho foi impactado por uma receita não recorrente no valor de 173 milhões de reais no 3T13, relacionada com a venda de uma propriedade. Excluindo o impacto deste efeito não recorrente, no 3T13 o EBITDA teria aumentado sequencialmente em 9,4% face ao 2T13, refletindo os primeiros resultados do enfoque da Oi em disciplina de custos.

Demonstração dos resultados pro-forma ⁽¹⁾ • Oi	Milhões de reais, 100%		
	9M13	9M12	Δ13/12
Receita líquida pro-forma	21.213	20.752	2,2%
Custos operacionais pro-forma	15.126	14.395	5,1%
Interligação	3.061	3.288	(6,9%)
Custos com pessoal	1.868	1.480	26,2%
Materiais	160	110	45,5%
Custo das mercadorias vendidas	380	335	13,4%
Serviços de terceiros	6.354	6.035	5,3%
Publicidade e propaganda	391	367	6,5%
Alugueres e seguros	1.534	1.376	11,5%
Provisão para cobrança duvidosa	733	438	67,4%
Outras desp. (rec.) operac.	646	965	(33,1%)
EBITDA pro-forma	6.087	6.357	(4,2%)
Margem EBITDA	28,7%	30,6%	(1,9pp)

(1) Os resultados pro-forma referem-se aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. Os resultados da Oi consolidados proporcionalmente pela PT diferem dos valores apresentados na tabela acima uma vez que são ajustados de forma a cumprir com as políticas, estimativas e critérios contabilísticos da PT, incluindo diferenças relativamente ao formato da demonstração dos resultados.

Outros ativos internacionais

Demonstração de resul. proporcional dos outros ativos internacionais ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	9M13	9M12	Δ13/12
Receitas operacionais	305,0	299,1	2,0%
EBITDA ⁽²⁾	163,9	165,3	(0,8%)
Amortizações	42,3	37,2	13,8%
Resultado operacional ⁽³⁾	121,5	128,1	(5,1%)
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	53,7%	55,3%	(1,5pp)

(1) Consolidação proforma dos outros ativos internacionais considerando as participações detidas pela PT. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (4) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

Nos 9M13, os outros ativos internacionais, numa base pro-forma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 2,0% face aos 9M12, para 305 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu 0,8% face aos 9M12, para 164 milhões de euros. Este desempenho é explicado pelo aumento da concorrência em alguns mercados e por alguns efeitos

02 Evolução dos negócios

cambiais negativos. Salienta-se, no entanto, que a Unitel e a MTC apresentaram um desempenho operacional e financeiro sólido, excluindo o impacto do efeito fiscal.

Destaque dos principais ativos em África e na Ásia (9m13) ⁽¹⁾								Milhões (financeiros)	
	Posição	Clientes	Rec. local	Δ13/12	EBITDA local	Δ13/12	Margem	Rec. euro	EBITDA euro
Unitel, Angola ^{(2) (4)}	25,00%	9.537	1.584	8,4%	895	5,1%	56,5%	1.203	680
MTC, Namíbia ^{(3) (4)}	34,00%	2.270	1.551	12,1%	768	15,0%	49,5%	124	61
CVT, Cabo Verde ^{(3) (4)}	40,00%	451	5.766	(10,8%)	2.780	(12,4%)	48,2%	52	25
CST, S.Tomé e Príncipe ^{(3) (4)}	51,00%	139	222.318	2,1%	57.343	(3,2%)	25,8%	9	2
Timor Telecom, Timor-Leste ^{(3) (5)}	44,17%	615	47	(10,0%)	24	(21,2%)	50,3%	36	18

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (5) A PT aumentou a participação na Timor Telecom de 41,2% para 44,17% em março de 2013.

Nos 9M13, as receitas e o EBITDA da Unitel, em dólares, aumentaram 8,4% para 1.584 milhões de dólares e 5,1% para 895 milhões de dólares, face aos 9M12, respetivamente. Esta desaceleração do perfil de crescimento é explicada por menores ARPUs de novos clientes e por uma ainda limitada penetração de banda larga móvel.

Nos 9M13, as receitas e o EBITDA da MTC aumentaram 12,1% e 15,0% face aos 9M12, atingindo 1.551 milhões de dólares namibianos e 768 milhões de dólares namibianos, respetivamente. Nos 9M13, a margem EBITDA foi de 49,5%. As receitas de dados representaram 23,3% das receitas de serviço, uma das taxas mais elevadas do continente africano, refletindo um desempenho sólido e sustentado. Nos 9M13, a MTC centrou a sua atividade comercial e de marketing em: (1) impulsionar o crescimento nas receitas de banda larga, suportados pelo aumento da utilização da tecnologia 4G-LTE e pela marca Netman; (2) promover o upselling para novos planos de preços com o objetivo de aumentar a utilização e a receita; (3) vender SmartShare, um serviço convergente internet/móvel, que combina o Netman Home (router de internet) com 1 até 3 smartphones, e (4) promover o Super Aweh, um novo plano de preços de tarifa fixa para utilizadores massivos. No 3T13, a MTC continuou focada na expansão da cobertura da sua rede 4G / LTE, que já abrange a capital e as oito cidades principais.

Nos 9M13, as receitas da CVT diminuíram 10,8% face aos 9M12 para 5.766 milhões de escudos cabo-verdianos, enquanto o EBITDA diminuiu 12,4% face aos 9M12 para 2.780 milhões de escudos cabo-verdianos. A margem EBITDA foi de 48,2%. As receitas e o EBITDA foram impactados pela aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC 12). Excluindo este efeito, as receitas teriam diminuído 4,1%, enquanto o EBITDA teria diminuído 11,1% face ao mesmo período do ano anterior. As receitas e o EBITDA foram impactados, principalmente, pelo efeito adverso das receitas grossistas (-9,0% face aos 9M12), pelas receitas fixas de retalho (-8,5% face aos 9M12) e por um efeito positivo não recorrente nos 9M12 nas outras receitas. Nos 9M13, a CVT apresentou um sólido desempenho no móvel, suportado pelo sucesso da estratégia comercial da banda larga. Durante os 9M13, a CVT manteve-se focada nos seus principais segmentos estratégicos, o segmento jovem e o de dados, lançando várias ofertas comerciais, incluindo: (1) Powa Swag Total – um novo tarifário para os mais jovens (com opções de subscrição mensais ou semanais e com promoções em dias de menor utilização), e (2) Zap Net sem limites, o primeiro plano de preços ilimitado que inclui banda larga e IPTV.

Nos 9M13, as receitas da CST aumentaram 2,1% face aos 9M12, para 222.318 milhões de dobras são-tomenses, enquanto o EBITDA diminuiu 3,2% face aos 9M12 para 57.343 milhões de dobras são-tomenses, equivalente a uma margem EBITDA de 25,8%. Nos 9M13, a CST lançou: (1) novos serviços de banda larga móvel e fixa, que aumentaram a velocidade de download em até 8x utilizando as capacidades do novo cabo submarino, e (2) várias campanhas de estímulo do serviço de voz. Nos 9M13, a CST desenvolveu também a sua rede móvel e fixa e

02 Evolução dos negócios

reforçou os seus canais de distribuição. O serviço móvel em São Tomé e Príncipe atingiu cerca de 76% de penetração (+4,3pp face aos 9M12).

Nos 9M13, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom situaram-se em 47 milhões de dólares (-10,0% face aos 9M12) e em 24 milhões de dólares (-21,2% face aos 9M12), respetivamente, refletindo o reposicionamento das ofertas comerciais num ambiente mais competitivo, depois da entrada de dois novos concorrentes no mercado. A margem EBITDA foi de 50,3%. Em 30 de setembro de 2013, a Timor Telecom atingiu 611 mil clientes móveis. As receitas de dados representavam 19,5% das receitas de serviço móvel. Nos 9M13, a Timor Telecom lançou várias iniciativas, incluindo: (1) ofertas segmentadas de dados e banda larga móvel; (2) novos planos de preços, com tarifas mais competitivas, para diferentes segmentos (como o Diak para o segmento jovem e planos para grupos fechados para o segmento empresas); (3) diversas campanhas para estimular o serviço de voz e de dados, e (4) melhoria da sua rede de distribuição, quer através do lançamento de novas lojas, assim como da atualização das lojas existentes, quer do reforço dos canais de distribuição indiretos.

Demonstrações financeiras consolidadas

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

		9M12 Reexpresso		3T12 Reexpresso	
	Notas	9M13	(Nota 3)	3T13	(Nota 3)
euros					
RECEITAS					
Prestações de serviços		4.284.748.438	4.686.505.503	1.365.476.588	1.526.749.864
Vendas		122.235.352	137.268.563	39.673.107	58.993.796
Outras receitas		139.754.949	160.145.430	49.176.647	53.479.731
	5	4.546.738.739	4.983.919.496	1.454.326.342	1.639.223.391
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)					
Custos com o pessoal		763.175.330	831.128.152	246.523.102	264.942.982
Custos diretos dos serviços prestados		770.596.966	828.308.367	235.901.780	267.959.049
Custos comerciais		388.436.103	413.404.245	121.561.683	148.624.618
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas		863.605.510	907.627.426	279.048.017	297.195.274
Impostos indiretos		171.682.182	180.218.916	57.856.133	57.546.617
Provisões e ajustamentos		74.893.816	94.407.308	15.893.334	15.182.075
Amortizações e depreciações	13	1.001.377.059	1.037.685.982	315.929.230	354.249.478
Custos com benefícios de reforma	6	37.031.206	46.945.981	12.196.503	15.304.550
Custos com redução de efetivos	6	128.306.339	1.945.194	89.385	1.086.410
Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos		(17.857.136)	2.061.635	(16.747.046)	(45.309)
Outras perdas (ganhos), líquidas	7	(77.723.021)	(8.860.573)	2.873.202	8.333.120
		4.103.524.354	4.334.872.633	1.271.125.323	1.430.378.864
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	5	443.214.385	649.046.863	183.201.019	208.844.527
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS					
Juros suportados, líquidos	8	425.611.374	368.620.347	132.970.259	132.662.481
Ganhos em empresas participadas, líquidos	5	(411.424.078)	(160.425.411)	(35.504.383)	(64.836.102)
Outros custos financeiros, líquidos	9	89.449.403	68.802.574	47.875.160	21.652.920
		103.636.699	276.997.510	145.341.036	89.479.299
Resultado antes de impostos		339.577.686	372.049.353	37.859.983	119.365.228
Imposto sobre o rendimento	10	(5.492.073)	114.677.447	(853.759)	26.736.990
RESULTADO LÍQUIDO		345.069.759	257.371.906	38.713.742	92.628.238
Atribuível a interesses não controladores		40.024.846	71.672.543	17.670.374	30.035.682
Atribuível a acionistas da Portugal Telecom	11	305.044.913	185.699.363	21.043.368	62.592.556
Resultado líquido por ação					
Básico	11	0,36	0,22	0,02	0,07
Diluído	11	0,35	0,22	0,02	0,07

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

		euros			
	Notas	9M13	9M12 Reexpresso	3T13	3T12 Reexpresso
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		345.069.759	257.371.906	38.713.742	92.628.238
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio					
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados					
Ajustamentos de conversão cambial					
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		(437.585.483)	(324.913.774)	(200.298.970)	(81.436.765)
Transferências para resultados (ii)		(3.129.234)	-	-	-
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros					
Variações no justo valor		(4.790.723)	14.233.319	278.561	12.656.761
Transferências para resultados		268.531	4.883.297	(12.590)	267.009
Efeito fiscal		2.843.187	(6.176.743)	1.854.995	(4.389.559)
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados					
Benefícios de reforma					
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	6	(13.539.460)	936.483	11.319.867	14.431.902
Efeito fiscal		3.384.865	(234.120)	(2.818.652)	(3.607.975)
Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos (iii)		(8.393.010)	(14.490.067)	1.575.573	(13.006.773)
Total de resultados e reservas reconhecidos diretamente no capital próprio		(460.941.327)	(325.761.605)	(188.101.216)	(75.085.400)
Total dos resultados reconhecidos		(115.871.568)	(68.389.699)	(149.387.474)	17.542.838
Atribuível a interesses não controladores		(139.263)	15.928.293	5.494.294	11.971.258
Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom		(115.732.305)	(84.317.992)	(154.881.768)	5.571.580

(i) As perdas registadas nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 estão relacionadas essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos da Portugal Telecom na Oi e na Contax.

(ii) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, esta rubrica corresponde ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial sobre o investimento na CTM que foi reclassificado para a demonstração dos resultados (Nota 12.b) na sequência da conclusão do processo de alienação deste investimento em junho de 2013.

(iii) Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui custos nos montantes de 5 milhões de euros e 6 milhões de euros, respetivamente, ambos relativos ao efeito fiscal sobre dividendos recebidos pela Portugal Telecom no âmbito de contratos de equity swap sobre ações próprias e dividendos recebidos pela Oi relativamente ao seu investimento na Portugal Telecom.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2012 (reexpresso)	26.895.375	(326.382.864)	6.773.139	6.970.320	556.543.594	2.569.843.252	2.840.642.816	914.102.973	3.754.745.789
Dividendos (Notas 11 e 15.h)	-	-	-	-	-	(371.937.439)	(371.937.439)	(65.562.557)	(437.499.996)
Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	(12.825.000)	(12.825.000)
Reestruturação societária na Oi	-	12.060.381	-	-	-	49.235.831	61.296.212	(271.876.616)	(210.580.404)
Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi (Nota 15.i)	-	(23.198.433)	-	-	-	-	(23.198.433)	-	(23.198.433)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(22.386.773)	22.386.773	-	-	-
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(270.017.355)	(270.017.355)	(55.744.250)	(325.761.605)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados (reexpresso)	-	-	-	-	-	185.699.363	185.699.363	71.672.543	257.371.906
Saldo em 30 de setembro de 2012 (reexpresso)	26.895.375	(337.520.916)	6.773.139	6.970.320	534.156.821	2.185.210.425	2.422.485.164	579.767.093	3.002.252.257

	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reexpresso)	26.895.375	(337.520.916)	6.773.139	6.970.320	524.724.045	2.076.740.631	2.304.582.594	560.677.750	2.865.260.344
Dividendos (Notas 11 e 15.h)	-	-	-	-	-	(277.884.293)	(277.884.293)	(35.385.610)	(313.269.903)
Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	(2.637.901)	(2.637.901)
Reestruturação societária na Contax (Nota 1)	-	-	-	-	-	13.260.000	13.260.000	(13.260.000)	-
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(23.813.486)	23.813.486	-	-	-
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(420.777.218)	(420.777.218)	(40.164.109)	(460.941.327)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	305.044.913	305.044.913	40.024.846	345.069.759
Saldo em 30 de setembro de 2013	26.895.375	(337.520.916)	6.773.139	6.970.320	500.910.559	1.720.197.519	1.924.225.996	509.254.976	2.433.480.972

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

30 DE SETEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO E 1 DE JANEIRO DE 2012

		euros		
	Notas	30 set 2013	31 dez 2012 Reexpresso (Nota 3)	1 Jan 2012 Reexpresso (Nota 3)
ATIVO				
Ativo corrente				
Caixa e equivalentes de caixa		1.988.885.653	2.507.099.156	4.930.012.396
Investimentos de curto prazo		938.600.960	880.194.809	738.112.198
Contas a receber - clientes		1.416.616.585	1.518.550.466	1.580.334.752
Contas a receber - outros		499.640.467	470.271.206	332.635.396
Existências		151.830.220	141.514.547	133.506.967
Impostos a recuperar		289.037.448	409.174.905	374.500.400
Custos diferidos		122.924.794	96.759.592	73.584.328
Depósitos judiciais		119.632.493	199.547.504	229.321.275
Outros ativos correntes		5.038.442	3.194.935	41.028.329
Ativos não correntes detidos para venda	12	82.153.598	62.634.567	-
Total do ativo corrente		5.614.360.660	6.288.941.687	8.433.036.041
Ativo não corrente				
Contas a receber		30.645.250	23.297.811	23.321.001
Impostos a recuperar		81.252.682	66.971.235	56.406.992
Investimentos financeiros		528.142.167	427.688.241	556.329.005
Goodwill		1.299.434.376	1.449.387.000	1.503.189.189
Ativos intangíveis	13	3.199.619.200	3.640.126.087	4.126.609.728
Ativos tangíveis	13	5.648.245.116	6.018.873.354	6.228.622.568
Benefícios de reforma	6	8.159.048	11.415.335	13.620.935
Ativos por impostos diferidos	10	1.148.978.708	1.180.401.963	1.243.593.029
Depósitos judiciais		941.474.724	950.726.173	854.761.888
Outros ativos não correntes		21.681.293	34.175.455	132.710.054
Total do ativo não corrente		12.907.632.564	13.803.062.654	14.739.164.389
Total do ativo		18.521.993.224	20.092.004.341	23.172.200.430
PASSIVO				
Passivo corrente				
Dívida de curto prazo	14	1.842.420.148	1.712.752.887	3.291.558.305
Contas a pagar		802.940.626	1.117.189.049	1.244.239.461
Acréscimos de custos		868.515.278	792.816.394	922.779.134
Proveitos diferidos		260.583.947	337.279.573	299.352.137
Impostos a pagar		339.148.441	445.632.973	411.776.877
Provisões		194.315.225	271.559.380	312.159.078
Outros passivos correntes		96.718.803	94.223.535	359.660.738
Passivos não correntes detidos para venda	12	28.442.773	-	-
Total do passivo corrente		4.433.085.241	4.771.453.791	6.841.525.730
Passivo não corrente				
Dívida de médio e longo prazo	14	8.848.282.737	9.385.752.988	8.989.400.331
Contas a pagar		130.995.544	146.054.007	201.956.296
Impostos a pagar		292.902.486	312.630.917	314.374.825
Provisões		444.508.094	510.340.404	628.849.066
Benefícios de reforma	6	940.292.369	917.880.900	987.301.585
Passivos por impostos diferidos	10	811.650.756	922.009.795	1.052.457.228
Outros passivos não correntes		186.795.025	260.621.195	401.589.580
Total do passivo não corrente		11.655.427.011	12.455.290.206	12.575.928.911
Total do passivo		16.088.512.252	17.226.743.997	19.417.454.641
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social		26.895.375	26.895.375	26.895.375
Ações próprias		(337.520.916)	(337.520.916)	(326.382.864)
Reserva legal		6.773.139	6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias		6.970.320	6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação		500.910.559	524.724.045	556.543.594
Outras reservas e resultados acumulados		1.720.197.519	2.076.740.631	2.569.843.252
Capital próprio excluindo interesses não controladores		1.924.225.996	2.304.582.594	2.840.642.816
Interesses não controladores		509.254.976	560.677.750	914.102.973
Total do capital próprio		2.433.480.972	2.865.260.344	3.754.745.789
Total do capital próprio e do passivo		18.521.993.224	20.092.004.341	23.172.200.430

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

	Notas	9M13	euros 9M12
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		5.490.728.886	6.310.397.966
Pagamentos a fornecedores		(2.282.539.950)	(2.687.179.473)
Pagamentos ao pessoal		(800.897.905)	(820.195.335)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento		(87.905.580)	(133.790.441)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	6	(145.281.282)	(148.514.815)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	15.a	(1.081.413.344)	(1.358.960.064)
Fluxos das atividades operacionais (1)		1.092.690.825	1.161.757.838
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	15.b	240.844.041	476.797.569
Investimentos financeiros	15.c	336.024.462	2.531.616
Ativos tangíveis e intangíveis		6.534.702	4.615.740
Juros e proveitos similares	15.d	103.103.738	162.918.309
Dividendos	15.e	26.446.747	57.379.086
Outras atividades de investimento		66.799	1.109.665
		713.020.489	705.351.985
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	15.b	(327.595.476)	(619.102.852)
Investimentos financeiros		(13.383.794)	(106.381)
Ativos tangíveis e intangíveis		(991.035.934)	(1.166.130.928)
Outras atividades de investimento		(18.449.413)	(2.732.846)
		(1.350.464.617)	(1.788.073.007)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(637.444.128)	(1.082.721.022)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	15.f	1.614.008.591	3.900.157.485
Subsídios		1.344.043	1.467.753
Outras atividades de financiamento	15.g	35.606.244	-
		1.650.958.878	3.901.625.238
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	15.f	(1.740.530.394)	(4.744.489.108)
Juros e custos similares	15.d	(481.213.257)	(551.057.517)
Dividendos	15.h	(329.438.779)	(630.284.446)
Aquisição de ações próprias	15.i	-	(23.198.433)
Outras atividades de financiamento	15.g	-	(318.101.680)
		(2.551.182.430)	(6.267.131.184)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(900.223.552)	(2.365.505.946)
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.507.099.156	4.930.012.396
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(444.976.855)	(2.286.469.130)
Efeito das diferenças de câmbio		(73.236.648)	(38.078.075)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.988.885.653	2.605.465.191

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de Setembro de 2013

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

1. Introdução

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom", ou "Empresa") operam essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia. Estes serviços não sofreram alterações significativas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, quando comparados com os reportados pela Portugal Telecom no seu último relatório anual.

Em janeiro de 2013, a Portugal Telecom lançou a primeira oferta de serviço *quadruple play* em Portugal, através da marca M40, a qual inclui serviços de televisão, internet, telefonia fixa e móvel.

Em 2 de abril de 2013, a Contax Participações ("Contax") concluiu uma reorganização societária no âmbito da migração para o segmento de Nível 2 de Governo Societário da Bolsa de Valores de São Paulo, no qual estão presentes ações emitidas por empresas que voluntariamente adotam determinadas práticas de governo societário e se comprometem com a divulgação de informação adicional para além dos níveis mínimos exigidos pela legislação brasileira. No âmbito desta reorganização societária, os acionistas da CTX Participações ("CTX"), incluindo a Portugal Telecom, receberam um prémio de 25% em ações sobre as ações ordinárias da Contax que detinham na data da transação, e a Contax incorporou a dívida total da CTX. A Portugal Telecom aumentou a sua participação efetiva nesta empresa de 19,5% para 21,1% em resultado desta reestruturação societária. Como esta reorganização resultou apenas numa troca de participações entre acionistas controladores e não controladores, o ganho decorrente do aumento do interesse económico da Portugal Telecom na Contax, no montante de 13.260.000 euros, foi reconhecido diretamente no capital próprio, refletindo uma diminuição nos interesses não controladores pelo mesmo montante, conforme apresentado na Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio.

Em 20 de junho de 2013, na sequência do acordo alcançado em janeiro de 2013, a Portugal Telecom concluiu a venda da sua participação de 28% na Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. (CTM) à CITIC Telecom International Holdings Limited (CITIC Telecom), por um montante total de USD 443,0 milhões, equivalente a aproximadamente 335,7 milhões de euros (Nota 12). A CITIC Telecom e a Portugal Telecom celebraram ainda um acordo de aliança estratégica em algumas áreas de colaboração no setor de telecomunicações e na identificação de oportunidades de investimento em tecnologias de informação e comunicação (TIC), de forma a criar valor para os seus respetivos acionistas. Nos termos do presente acordo de aliança estratégica, a CITIC Telecom irá selecionar a Portugal Telecom como o prestador estratégico de serviços TIC do grupo CITIC Telecom.

Em 1 de outubro de 2013, a Portugal Telecom, a Oi S.A. ("Oi"), a AG Telecom Participações S.A. ("AG Tel"), a LF Tel S.A. ("LF Tel"), a Bratel Brasil S.A. ("Bratel"), a Pasa Participações S.A. ("Pasa"), a EDSP 75 Participações ("EDSP75"), (que conjuntamente com a Telemar Participações S.A. ("Tpart") são denominadas como "Holdings da Oi"), o BES e a Ongoing assinaram um acordo de intenções que define os princípios essenciais para uma proposta de fusão entre a Portugal Telecom, a Oi e as Holdings da Oi, com vista a constituírem uma única e integrada sociedade cotada brasileira ("CorpCo"). A operação de fusão é uma consequência natural da aliança industrial entre a Portugal Telecom e a Oi estabelecida em 2010, criando um operador de telecomunicações líder. Como parte da transação, a Oi propõe a realização de um aumento de capital em dinheiro com um mínimo de 7,0 mil milhões de reais (2,3 mil milhões de euros) e com um objetivo de 8,0 mil milhões de reais (2,7 mil milhões de euros), com a finalidade de melhorar a

flexibilidade do balanço da CorpCo. Os acionistas da Tpart e de um veículo de investimento gerido pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") subscreverão aproximadamente 2,0 mil milhões de reais (0,7 mil milhões de euros) do aumento de capital em dinheiro. A CorpCo beneficiará de maior escala e de uma posição de liderança em Portugal e no Brasil.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 12 de novembro de 2013.

2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia, incluindo todas as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), aprovadas pela União Europeia.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas de acordo com a norma IAS 34 *Relato Financeiro Intercalar* ("IAS 34"). Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas IFRS, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são utilizados os mesmos princípios de consolidação aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do último relatório anual.

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, não ocorreram quaisquer alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo relativamente a empresas consolidadas pelos métodos integral ou proporcional.

3. Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

Excetuando a adoção da versão revista da IAS 19 *Benefícios dos Empregados* ("IAS 19"), as políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes com as aplicadas no último relatório anual da Portugal Telecom.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, entraram em vigor as seguintes normas, normas revistas ou interpretações adotadas pela União Europeia e cuja adoção não teve impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom, com exceção da adoção da versão revista da IAS 19, conforme explicado mais adiante nesta nota:

- Alterações à IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS*, emitidas em dezembro de 2010
- Alterações à IAS 12 *Impostos Diferidos*, emitidas em dezembro de 2010
- Alterações à IAS 1 *Apresentação de Demonstrações Financeiras*, emitidas em junho 2011
- Alterações à IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*, emitidas em dezembro de 2011
- IFRS 13 *Mensuração a Valor de Mercado*, emitida em maio de 2011
- Alterações à IAS 19 *Benefícios dos Empregados*, emitidas em junho de 2011
- Alterações à IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS*, emitidas em março de 2012

Em anos anteriores, o IASB emitiu as seguintes normas, normas revistas ou interpretações, as quais já foram adotadas pela União Europeia mas a sua aplicação obrigatória é apenas requerida em exercícios subsequentes:

- Alterações à IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas* e IAS 28 *Investimentos em Associadas*, emitidas em maio de 2011

- IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*, emitida em maio de 2011
- IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos*, emitida em maio de 2011
- IFRS 12 *Divulgação de Participação em Outras Entidades*, emitida em maio de 2011
- Alterações à IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Apresentação*, emitidas em dezembro de 2011
- Alterações à IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas – guia de transição*, IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos* e IFRS 12 *Divulgação de Interesses em Outras Entidades*, emitidas em junho de 2012

O IASB emitiu as seguintes normas, normas revistas ou interpretações que ainda não foram adotadas pela União Europeia e cuja data de adoção obrigatória definida pelo IASB ocorre apenas em anos subsequentes:

- IFRS 9 *Mensuração dos Instrumentos Financeiros*, emitida em outubro de 2010
- Alterações à IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*, emitida em dezembro de 2011
- Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, emitidas em outubro de 2012
- Alterações à IAS 36 *Imparidade de Ativos*, emitidas em maio de 2013, as quais clarificam que as divulgações exigidas relativas a informação sobre o valor recuperável de ativos sobre os quais foi reconhecida uma perda por imparidade é aplicável apenas em situações em que esse valor recuperável é baseado no justo valor deduzido de custos de venda.
- IFRIC 21 emitida em maio de 2013, a qual fornece uma orientação sobre quando se deve reconhecer um passivo decorrente de taxas fiscais impostas pelo governo, aplicável quer a taxas reconhecidas de acordo com a IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes* como a situações em que o momento e o montante da taxa são certos.
- Alterações à IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*, emitidas em junho de 2013, as quais preveem algumas exceções à obrigatoriedade de terminar a contabilidade de cobertura quando um instrumento financeiro é reformulado para uma contraparte central ou uma entidade atuando na mesma capacidade e em circunstâncias idênticas.

Relativamente à adoção da versão revista da IAS 19 *Benefícios dos Empregados*, as principais alterações constantes desta norma revista são as seguintes:

- Eliminação da opção do reconhecimento diferido dos ganhos e perdas atuariais, conhecido como o "método de corredor", o que se traduz no reconhecimento obrigatório dos ganhos e perdas atuariais diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral; esta alteração não produziu qualquer efeito nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom uma vez que a política contabilística da empresa já estava em consonância com o tratamento obrigatório incluído na norma revista;
- Alteração na forma de cálculo do retorno esperado dos ativos do plano, o qual passa a ser efetuado com base nas taxas de desconto utilizadas para calcular o valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma, em vez da taxa esperada de retorno de longo prazo dos ativos dos planos, previamente estimada; o impacto desta alteração nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom resultou num menor retorno esperado sobre os ativos (agora apresentado numa base líquida como custo financeiro líquido) e, consequentemente, num aumento dos custos com benefícios de reforma, uma vez que as taxas de desconto utilizadas pela Empresa eram menores do que a taxa de retorno de longo prazo, anteriormente estimada em 6%;
- Reconhecimento imediato e obrigatório dos ganhos ou perdas com serviços passados, os quais anteriormente podiam ser diferidos e reconhecidos durante o período estimado ao longo do qual esses benefícios seriam usufruídos pelos empregados; a Portugal Telecom tinha anteriormente registado ganhos com serviços passados relativos a direitos não vencidos, os quais na sequência da adoção desta norma revista foram reconhecidos com efeitos desde 1 de janeiro de 2012;
- Alguns requisitos adicionais de divulgação que são obrigatórios somente para as demonstrações financeiras anuais, e portanto, não tiveram impacto nestas demonstrações financeiras intercalares.

Em resultado da adoção da versão revista da IAS 19 foram efetuadas as seguintes alterações às Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira em 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012 anteriormente reportadas e à Demonstração Consolidada dos Resultados anteriormente reportada para os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012:

Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 1 de janeiro de 2012			euros
	Antes da alteração da IAS 19	Efeitos da alteração da IAS 19	Demonstração reexpressa
Ativo			
Ativos por impostos diferidos	1.247.784.040	(4.191.011)	1.243.593.029
Outros ativos	21.928.607.401	-	21.928.607.401
Total do ativo	23.176.391.441	(4.191.011)	23.172.200.430
Passivo			
Benefícios de reforma	1.004.065.628	(16.764.043)	987.301.585
Outros passivos	18.430.153.056	-	18.430.153.056
Total do passivo	19.434.218.684	(16.764.043)	19.417.454.641
Capital próprio excluindo interesses não-controladores	2.828.069.784	12.573.032	2.840.642.816
Interesses não-controladores	914.102.973	-	914.102.973
Total do capital próprio	3.742.172.757	12.573.032	3.754.745.789
Total do capital próprio e do passivo	23.176.391.441	(4.191.011)	23.172.200.430

Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2012			euros
	Antes da alteração da IAS 19	Efeitos da alteração da IAS 19	Demonstração reexpressa
Ativo			
Ativos por impostos diferidos	1.184.140.639	(3.738.676)	1.180.401.963
Outros ativos	18.911.602.378	-	18.911.602.378
Total do ativo	20.095.743.017	(3.738.676)	20.092.004.341
Passivo			
Benefícios de reforma	932.835.606	(14.954.706)	917.880.900
Outros passivos	16.308.863.097	-	16.308.863.097
Total do passivo	17.241.698.703	(14.954.706)	17.226.743.997
Capital próprio excluindo interesses não-controladores	2.293.366.564	11.216.030	2.304.582.594
Interesses não-controladores	560.677.750	-	560.677.750
Total do capital próprio	2.854.044.314	11.216.030	2.865.260.344
Total do capital próprio e do passivo	20.095.743.017	(3.738.676)	20.092.004.341

Demonstração Consolidada dos Resultados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012			euros
	Antes da alteração da IAS 19	Efeitos da alteração da IAS 19	Demonstração reexpressa
Receitas totais	4.983.919.496	-	4.983.919.496
Custos, perdas e (ganhos)			
Custos com benefícios de reforma	42.693.945	4.252.036	46.945.981
Custos com redução de efetivos	1.945.194	-	1.945.194
Outros custos operacionais, líquidos	4.285.981.458	-	4.285.981.458
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	653.298.899	(4.252.036)	649.046.863
Resultados financeiros	276.997.510	-	276.997.510
Imposto sobre o rendimento	115.740.456	(1.063.009)	114.677.447
Resultado líquido	260.560.933	(3.189.027)	257.371.906
Atribuível a interesses não-controladores	71.672.543	-	71.672.543
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	188.888.390	(3.189.027)	185.699.363
Resultado líquido por acção atribuível a accionistas da Portugal Telecom			
Básico	0,22	(0,00)	0,22
Diluído	0,22	(0,00)	0,22

Demonstração Consolidada dos Resultados para o período de três meses findo em 30 de setembro de 2012			euros
	Antes da alteração da IAS 19	Efeitos da alteração da IAS 19	Demonstração reexpressa
Receitas totais	1.639.223.391	-	1.639.223.391
Custos, perdas e (ganhos)			
Custos com benefícios de reforma	13.887.204	1.417.346	15.304.550
Custos com redução de efetivos	1.086.410	-	1.086.410
Outros custos operacionais, líquidos	1.413.987.904	-	1.413.987.904
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	210.261.873	(1.417.346)	208.844.527
Resultados financeiros	89.479.299	-	89.479.299
Imposto sobre o rendimento	27.091.327	(354.337)	26.736.990
Resultado líquido	93.691.247	(1.063.009)	92.628.238
Atribuível a interesses não-controladores	30.035.682	-	30.035.682
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	63.655.565	(1.063.009)	62.592.556
Resultado líquido por ação atribuível a accionistas da Portugal Telecom			
Básico	0,07	0,00	0,07
Diluído	0,07	0,00	0,07

4. Taxas de Câmbio

Em 30 de setembro de 2013 e 2012, os ativos e passivos expressos nas principais moedas estrangeiras foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro:

Moeda	9M13	9M12
Real do Brasil	3,0406	2,7036
Dólar dos EUA	1,3505	1,3194

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa de empresas subsidiárias e controladas conjuntamente expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médias:

Moeda	9M13	9M12
Real do Brasil	2,7934	2,4555
Dólar dos EUA	1,3171	1,2808

5. Reporte de segmentos

A identificação e apresentação dos segmentos operacionais é consistente com os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2012 e são como segue: (i) Telecomunicações em Portugal; e (ii) Telecomunicações no Brasil - Oi. Não existe nenhuma diferença entre os segmentos operacionais e os reportados.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, as receitas por segmento operacional e respetiva contribuição para as receitas consolidadas foram como segue:

	9M13			9M12		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Telecomunicações em Portugal (i)	1.920.253.574	(16.037.294)	1.904.216.280	2.040.243.252	(17.983.953)	2.022.259.299
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	2.050.304.943	(2.311.406)	2.047.993.537	2.295.509.273	(3.329.335)	2.292.179.938
Receitas relativas a outras operações (iii)	1.057.367.149	(462.838.227)	594.528.922	1.153.425.093	(483.944.834)	669.480.259
Receitas consolidadas do Grupo			4.546.738.739			4.983.919.496

	3T13			3T12		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Telecomunicações em Portugal (i)	640.295.269	(5.281.865)	635.013.404	681.788.783	(6.243.221)	675.545.562
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	631.931.056	(746.326)	631.184.730	753.443.309	(1.356.948)	752.086.361
Receitas relativas a outras operações (iii)	337.707.347	(149.579.139)	188.128.208	385.314.201	(173.722.733)	211.591.468
Receitas consolidadas do Grupo			1.454.326.342			1.639.223.391

- (i) A redução nas receitas antes de eliminações dos negócios de telecomunicações em Portugal nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 (120 milhões de euros e 41 milhões de euros, respetivamente), em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, é explicada essencialmente por: (1) menores receitas no segmento de clientes Empresariais (76 milhões de euros e 26 milhões de euros, respetivamente), penalizadas pelas dinâmicas competitivas que estão a impactar os preços, nomeadamente nos serviços móveis, apesar do melhor desempenho das grandes empresas no terceiro trimestre de 2013; (2) uma redução nas receitas do segmento de clientes Pessoal (30 milhões de euros e 9 milhões de euros, respetivamente), em resultado de menores receitas de clientes que refletem condições económicas adversas e pressão ao nível do preço, e menores receitas de interligação, no seguimento da redução nas tarifas reguladas, efeitos que mais do que compensaram um aumento nas vendas; e (3) uma redução nas receitas grossistas e de outros negócios (20 milhões de euros e 8 milhões de euros, respetivamente), refletindo menores acessos e receitas de capacidade e uma diminuição de 7 milhões de euros no negócio de listas telefónicas. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento nas receitas do segmento de clientes Residencial (7 milhões de euros e 1 milhão de euros, respetivamente), relacionado essencialmente com as receitas de televisão por subscrição e banda larga, as quais estão suportadas na sólida performance do serviço *quadruple play* do MEO, o M+O.
- (ii) A redução nas receitas antes de eliminações das operações da Oi nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 (245 milhões de euros e 122 milhões de euros, respetivamente), em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, é explicada essencialmente pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (282 milhões de euros e 133 milhões de euros, respetivamente). Numa base de moeda constante, as receitas teriam ascendido a 2.332 milhões de euros e 791 milhões de euros nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013, respetivamente, refletindo um aumento de 37 milhões de euros e 12 milhões de euros, respetivamente, face aos mesmos períodos do ano anterior, devido a: (1) um aumento nas receitas do segmento Residencial, em resultado da contribuição positiva das receitas de televisão por subscrição e banda larga que mais do que compensou a redução nas receitas de voz fixa; (2) um aumento nas receitas do segmento de mobilidade pessoal, suportado pelo forte desempenho dos carregamentos no segmento pré-pago e também dos dados e serviços de valor acrescentado, num contexto de menores MTRs; e (3) um aumento nas vendas, refletindo a estratégia da Oi de alargar o âmbito da sua presença no mercado móvel.
- (iii) A diminuição do contributo das outras operações para as receitas consolidadas reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro e do Dólar Namibiano face ao Euro (72 milhões de euros). Excluindo este efeito, as outras receitas ter-se-iam mantido relativamente estáveis em 648 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, uma vez que a maior contribuição da MTC, devido sobretudo a maiores receitas de voz de retalho e a um aumento significativo nos serviços de dados, foi compensada por alguns impactos regulatórios nas outras operações africanas e por uma menor contribuição da Contax, refletindo menores receitas de serviços de call center no Brasil.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos operacionais e o resultado líquido do Grupo é como segue:

	9M13	9M12	3T13	3T12
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:				
Telecomunicações em Portugal (i)	193.189.297	385.235.485	101.117.249	108.235.962
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	167.590.528	238.166.601	72.857.103	86.236.016
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outras operações (iii)	82.434.560	25.644.777	9.226.667	14.372.549
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	443.214.385	649.046.863	183.201.019	208.844.527
Ganhos (custos) financeiros:				
Juros suportados, líquidos (Nota 8)	(425.611.374)	(368.620.347)	(132.970.259)	(132.662.481)
Ganhos em empresas associadas, líquidos (iv)	411.424.078	160.425.411	35.504.383	64.836.102
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 9)	(89.449.403)	(68.802.574)	(47.875.160)	(21.652.920)
Imposto sobre o rendimento (Nota 10)	5.492.073	(114.677.447)	853.759	(26.736.990)
Resultado líquido	345.069.759	257.371.906	38.713.742	92.628.238

- (i) A redução nos resultados deste segmento operacional nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 (192 milhões de euros e 7 milhões de euros, respetivamente), em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, reflete principalmente: (1) menores receitas operacionais (120 milhões de euros e 41 milhões de euros, respetivamente), como explicado acima; (2) custos com um programa de redução de efetivos implementado no segundo trimestre de 2013, no montante de 101 milhões de euros; e (3) uma redução nos outros ganhos líquidos (33 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013), devido a um ganho reconhecido no segundo trimestre de 2012 relativo à compensação a receber pela Portugal Telecom no âmbito da abertura de concurso para a prestação do serviço universal, parcialmente compensado por um ganho reconhecido no primeiro trimestre de 2013 relacionado com o Contrato de Concessão da PT Comunicações, conforme explicado na Nota 7. Estes efeitos foram parcialmente compensados por menores

custos com amortizações e depreciações (28 milhões de euros e 17 milhões de euros, respetivamente), beneficiando já de menores investimentos realizados nos últimos trimestres, e por uma redução nos custos com benefícios de reforma (11 milhões de euros e 3 milhões de euros, respetivamente), explicada pela redução nas taxas de desconto que se traduziu numa redução no custo financeiro líquido.

- (ii) A redução ocorrida nos resultados antes de encargos financeiros e impostos da Oi nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 (71 milhões de euros e 13 milhões de euros, respetivamente), face aos mesmos períodos do ano anterior, e excluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (23 milhões de euros e 12 milhões de euros, respetivamente), é essencialmente explicada por (1) um aumento nos custos com amortizações e depreciações (53 milhões de euros e 11 milhões de euros, respetivamente), reflectindo o aumento nos investimentos realizados em 2012, em comparação com anos anteriores, incluindo a aquisição da licença 4G em junho de 2012, (2) maiores despesas com serviços de terceiros (45 milhões de euros e 8 milhões de euros, respetivamente), incluindo principalmente despesas com manutenção e reparação e gastos com rendas e alugueres, e (3) custos comerciais mais elevados (6 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013), refletindo a melhoria nas vendas e serviços prestados. Estes efeitos mais do que compensaram um aumento na receita líquida de serviços (45 milhões de euros e 8 milhões de euros, respetivamente) e menores provisões e ajustamentos (12 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013).
- (iii) O aumento nesta rubrica reflete, principalmente, um ganho reconhecido no segundo trimestre de 2013 decorrente da liquidação de obrigações contratuais assumidas no âmbito da aquisição do investimento na Oi, como explicado na Nota 7.
- (iv) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, esta rubrica inclui um ganho de 310 milhões de euros relacionado com a conclusão da alienação do investimento na CTM (Nota 12.b). Excluindo este efeito e a participação da Portugal Telecom nos resultados da CTM em 2012, os ganhos em empresas associadas teriam diminuído de 140 milhões de euros para 101 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, refletindo essencialmente efeitos fiscais e cambiais ocorridos nos respectivos países, dado que operacionalmente estas empresas continuam a apresentar um bom desempenho.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis por segmento operacional e a reconciliação dos mesmos com os investimentos consolidados são como segue (Nota 13):

	euros			
	9M13	9M12	3T13	3T12
Telecomunicações em Portugal	336.682.121	370.441.555	108.783.858	132.062.590
Telecomunicações no Brasil - Oi	440.053.723	423.464.075	130.893.438	205.834.943
Outros negócios	86.921.847	96.274.278	27.701.255	30.160.451
	863.657.691	890.179.908	267.378.551	368.057.984

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, o investimento em ativos tangíveis e intangíveis no negócio de telecomunicações em Portugal ascendeu a 337 milhões de euros, uma redução de 34 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior, não obstante os investimentos realizados em 2013 no desenvolvimento do *Data Centre* na Covilhã, cuja inauguração ocorreu em setembro de 2013. A redução dos investimentos no negócio de telecomunicações em Portugal reflete os investimentos realizados em anos anteriores em tecnologias de futuro e no desenvolvimento de redes de nova geração, os quais se traduzem numa clara liderança da Portugal Telecom em FTTH e cobertura 4G-LTE em Portugal. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, o investimento no negócio de telecomunicações em Portugal foi direcionado principalmente para: (1) investimentos em projetos de TI/SI, os quais representaram 26% do investimento total; (2) investimentos relacionados com clientes, os quais ascenderam a 120 milhões de euros e representaram 36% do investimento total, e (3) investimentos em infraestrutura e tecnologia, no montante de 122 milhões de euros, representando uma redução de -31,1% face ao mesmo período do ano anterior. Os investimentos em projetos de TI/SI focaram-se no programa de transformação de TI que visa convergir, padronizar, integrar e simplificar os processos de negócio e de TI, possibilitando ao cliente uma experiência verdadeiramente convergente.

Numa base de moeda constante, excluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (61 milhões de euros), os investimentos da Oi em ativos tangíveis e intangíveis teriam ascendido a 501 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, um aumento de 77 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior, refletindo os investimentos realizados na cobertura e capacidade da rede 3G, no lançamento da rede 4G LTE e na capacidade, capilaridade e qualidade das redes de telefonia fixa e de banda larga.

6. Benefícios de reforma

Em 30 de setembro de 2013, a Empresa não obteve um estudo atuarial para reconhecer os benefícios de reforma, pelo que os custos registados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 baseiam-se no estudo atuarial de 31 de dezembro 2012, ajustados apenas pelos custos com redução de efetivos incorridos durante esse período.

Em 30 de setembro de 2013, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma das operações em Portugal, as quais estão relacionadas com complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 501 milhões de euros, sendo que o valor de mercado dos ativos dos planos ascendia a 379 milhões de euros, o que compara com 503 milhões de euros e 399 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, respetivamente. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 749 milhões de euros em 30 de setembro de 2013, face a 730 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos diretamente pela Portugal Telecom aos seus beneficiários numa base mensal, até estes atingirem a idade de reforma. Desta forma, em 30 de setembro de 2013, as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma da Portugal Telecom nas operações em Portugal ascendiam a 870 milhões de euros, o que compara com 834 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente as responsabilidades com benefícios de reforma da Oi, as quais ascendiam a 62 milhões de euros em 30 de setembro de 2013 e 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nas responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas do valor de mercado dos ativos dos planos, foram como segue:

	Operações em Portugal						Oi		Total
	Complementos de pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos		Pensões	Cuidados de saúde	Sub-total		
				Sub-total					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.801.205	75.495.635	730.437.447	833.734.287	72.269.136	462.142	72.731.278	906.465.565	
Custos com benefícios de reforma do período	911.751	4.763.931	9.959.702	15.635.384	5.181.975	29.366	5.211.341	20.846.725	
Custos com redução de efetivos	-	2.417.744	124.777.908	127.195.652	-	-	-	127.195.652	
Perdas (ganhos) atuariais, líquidas	(293.090)	13.832.550	-	13.539.460	-	-	-	13.539.460	
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(1.100.044)	(1.838.169)	(116.667.933)	(119.606.146)	(8.515.506)	-	(8.515.506)	(128.121.652)	
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	(7.738.821)	(53.608)	(7.792.429)	(7.792.429)	
Saldo em 30 de setembro de 2013	27.319.822	94.671.691	748.507.124	870.498.637	61.196.784	437.900	61.634.684	932.133.321	

	Operações em Portugal						Oi		Total
	Complementos de pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos		Pensões	Cuidados de saúde	Sub-total		
				Sub-total					
Saldo em 31 de dezembro de 2011	23.084.264	106.349.617	782.498.256	911.932.137	61.354.018	394.495	61.748.513	973.680.650	
Custos com benefícios de reforma do período	1.031.124	6.078.614	19.307.452	26.417.190	3.828.571	29.543	3.858.114	30.275.304	
Custos com redução de efetivos	-	-	491.865	491.865	-	-	-	491.865	
Perdas (ganhos) atuariais, líquidas	(4.467.976)	(31.243.903)	34.775.396	(936.483)	-	-	-	(936.483)	
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(1.944.421)	379.369	(115.424.613)	(116.989.665)	(10.339.852)	(42)	(10.339.894)	(127.329.559)	
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	(4.432.276)	(33.047)	(4.465.323)	(4.465.323)	
Saldo em 30 de setembro de 2012	17.702.991	81.563.697	721.648.356	820.915.044	50.410.461	390.949	50.801.410	871.716.454	

Alguns planos de benefícios de reforma que apresentam posições excedentárias, para os quais se pode reconhecer um ativo por ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos, são apresentados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira separadamente dos saldos daqueles planos com posição deficitária. Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor líquido das responsabilidades com benefícios de reforma foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

	euros	
	30 set 2013	31 dez 2012
Planos de pensões com uma posição deficitária	96.675.654	111.485.676
Salários devidos a pré-reformados e empregados suspensos	748.507.124	730.437.447
Planos de cuidados de saúde com uma posição deficitária	95.109.591	75.957.777
Planos com uma posição deficitária	940.292.369	917.880.900
Planos de pensões com uma posição excedentária	(8.159.048)	(11.415.335)
	932.133.321	906.465.565

O detalhe dos custos com benefícios de reforma nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 é como segue:

	euros			
	9M13	9M12	3T13	3T12
Custos com benefícios de reforma				
Operações em Portugal				
Custo do serviço do período	3.168.734	2.641.778	1.056.244	880.593
Custo financeiro, líquido	12.466.650	23.775.412	4.155.551	7.925.137
	15.635.384	26.417.190	5.211.795	8.805.730
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i)	16.184.481	16.670.677	5.407.939	5.243.814
Sub-total	31.819.865	43.087.867	10.619.734	14.049.544
Oi				
Custo do serviço do período	1.041.995	1.872.267	314.740	602.842
Custo financeiro, líquido	(3.237.391)	(79.282.049)	(977.943)	(25.527.573)
Efeito do limite num ativo de benefícios definidos (ii)	7.406.737	81.267.896	2.239.972	26.179.737
Sub-total	5.211.341	3.858.114	1.576.769	1.255.006
Total de custos com benefícios de reforma	37.031.206	46.945.981	12.196.503	15.304.550
Custos com redução de efetivos				
Programa de redução de efetivos (iii)	127.195.652	491.865	16.520	29.908
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	1.110.687	1.453.329	72.865	1.056.502
Total de custos com redução de efetivos	128.306.339	1.945.194	89.385	1.086.410

- (i) Esta rubrica está relacionada com as contribuições para a Segurança Social relativas ao serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.
- (ii) A Oi tem diversos planos que apresentam uma situação excedentária cujos ativos não são registados por não ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos; consequentemente, de acordo com o previsto na IFRIC 14 *Limite sobre um Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e Respetiva Interação*, são reconhecidas perdas para aqueles planos em que não é possível reconhecer um ativo.
- (iii) O custo reconhecido no período de nove meses findo em 30 setembro de 2013 corresponde a um programa de redução de efetivos implementado no segundo trimestre de 2013, abrangendo cerca de 400 empregados.

O detalhe dos ganhos (perdas) atuariais líquidos reconhecidos na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os quais dizem respeito às operações em Portugal, é como segue:

	euros			
	9M13	9M12	3T13	3T12
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (i)	(13.539.460)	35.711.879	11.319.867	14.431.902
Alterações nos pressupostos atuariais (ii)	-	(34.775.396)	-	-
	(13.539.460)	936.483	11.319.867	14.431.902

- (i) Estes ganhos e perdas atuariais líquidos registados nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 estão relacionados com a diferença entre a rentabilidade real dos ativos dos planos de benefícios de reforma e a rentabilidade estimada dos mesmos calculada com base nas taxas de desconto utilizadas para as respetivas responsabilidades. Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, a rentabilidade real dos ativos dos planos foi de -0,5% e +8,5%, respetivamente, em comparação com a taxa de desconto média utilizada para o cálculo da rentabilidade esperada dos ativos, a qual ascendeu a +2,8% e +3,6%, respetivamente.

- (ii) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, esta rubrica corresponde ao impacto estimado da adoção do Dec-Lei 85-A/2012, o qual suspendeu o regime de reforma antecipada durante o período de assistência financeira a Portugal, resultando num aumento dos salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados até à idade da reforma.

As saídas líquidas de fluxos de caixa relacionadas com benefícios de reforma nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 são como segue:

	euros	
	9M13	9M12
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	116.667.933	115.424.613
Contribuições para os fundos de pensões (i)	8.994.311	11.439.890
Pagamentos relacionados com cuidados de saúde	1.838.169	(379.327)
Pagamentos de benefícios relativos a complementos de pensões	621.239	844.383
	128.121.652	127.329.559
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (ii)	16.048.943	19.731.927
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	1.110.687	1.453.329
	145.281.282	148.514.815

- (i) Esta rubrica inclui essencialmente as contribuições para os planos de pensões da Oi nos montantes de 8,5 milhões de euros e 10,4 milhões de euros, respetivamente.
- (ii) Esta rubrica corresponde a contribuições pagas pela Portugal Telecom à Segurança Social, relacionadas com o serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

7. Outros custos (ganhos), líquidos

Os outros ganhos líquidos ascenderam a 78 milhões de euros e 9 milhões de euros nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, respetivamente. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, esta rubrica inclui essencialmente (1) um ganho resultante da liquidação de obrigações contratuais assumidas no âmbito da aquisição do investimento na Oi em 2011, por um valor inferior aquele inicialmente reconhecido no passivo, (2) um ganho relacionado com o Contrato de Concessão da Rede Fixa, e (3) o reconhecimento de provisões e ajustamentos de forma a ajustar o valor contabilístico de determinados ativos aos respetivos valores recuperáveis. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, esta rubrica inclui um ganho relativo à compensação líquida a receber pela Portugal Telecom por custos suportados em anos anteriores com as obrigações do serviço universal no âmbito do Contrato de Concessão, líquido do reconhecimento de provisões e ajustamentos, a fim de ajustar o valor contabilístico de determinados ativos aos respetivos valores recuperáveis.

8. Juros suportados, líquidos

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição (Nota 5):

	9M13	9M12	3T13	euros 3T12
Juros suportados				
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	513.848.128	555.212.574	161.655.600	176.859.490
Outros	4.651.815	2.971.012	2.228.879	(420.813)
Juros obtidos				
Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(89.973.922)	(186.642.693)	(30.101.290)	(42.707.537)
Outros	(2.914.647)	(2.920.546)	(812.930)	(1.068.659)
	425.611.374	368.620.347	132.970.259	132.662.481

O aumento nos juros suportados líquidos reflete principalmente (1) um aumento no custo médio da dívida líquida das operações em Portugal de 4,2% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 para 5,3% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, devido essencialmente a um menor retorno das aplicações de tesouraria e também a um aumento no custo médio da dívida bruta, e (2) uma maior contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores (15 milhões de euros), refletindo o impacto do aumento da sua dívida líquida média, parcialmente compensado pela redução no custo da dívida no Brasil e pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (32 milhões de euros). O aumento na dívida líquida média da Oi é essencialmente explicado pelos pagamentos efetuados em abril de 2012 no âmbito da Reorganização Societária da Oi, pelo free cash flow negativo gerado em 2012 e durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, refletindo principalmente pagamentos de processos judiciais, e pelos dividendos pagos em 2012 e 2013.

9. Outros custos financeiros, líquidos

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição (Nota 5):

	9M13	9M12	3T13	euros 3T12
Comissões e outros serviços bancários	51.666.014	47.812.662	18.164.935	11.646.473
Perdas (ganhos) com derivados, líquidas	1.241.767	3.844.925	1.194.362	(173.119)
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos	11.189.711	(3.114.428)	15.730.424	3.656.103
Outros	25.351.911	20.259.415	12.785.439	6.523.463
	89.449.403	68.802.574	47.875.160	21.652.920

O aumento nos outros custos financeiros líquidos, os quais incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, reflete essencialmente: (1) maiores perdas cambiais líquidas (14 milhões de euros) devido, principalmente, ao impacto da desvalorização do Dólar face ao Euro, e (2) maiores despesas financeiras líquidas, relativas maioritariamente a impostos sobre rendimentos financeiros e determinados serviços bancários.

10. Imposto sobre o rendimento

Em 2013, as empresas localizadas em Portugal Continental são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 25%, acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros (10,0 milhões de euros em 2012) e de 5,0% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 7,5 milhões de euros (10,0 milhões de euros em 2012), resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5% tanto em 2013 como 2012.

As empresas localizadas no Brasil, nomeadamente a Oi e a Contax que são consolidadas proporcionalmente, estão sujeitas a imposto sobre o rendimento à taxa nominal de 34%.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto é como segue:

	euros			
	9M13	9M12	3T13	3T12
Resultado antes de impostos	339.577.686	372.049.353	37.859.983	119.365.228
Taxa nominal de imposto	31,5%	31,5%	31,5%	31,5%
	106.966.971	117.195.546	11.925.895	37.600.046
Taxas de imposto diferenciadas (i)	(2.118.783)	(20.420.422)	(3.920.697)	(5.899.743)
Incentivos fiscais obtidos pela Oi	(4.431.134)	(17.377.523)	238.280	(5.077.597)
Diferenças permanentes (ii)	(96.418.061)	24.580.985	(429.247)	(2.372.964)
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento	8.325.474	18.704.109	(7.258.201)	47.047
Regularizações à estimativa de imposto de exercícios anteriores	(17.816.540)	(8.005.248)	(1.409.789)	2.440.201
	(5.492.073)	114.677.447	(853.759)	26.736.990
Imposto sobre o rendimento				
Imposto corrente	73.226.606	176.040.296	8.663.415	59.829.280
Imposto diferido	(78.718.679)	(61.362.849)	(9.517.174)	(33.092.290)
	(5.492.073)	114.677.447	(853.759)	26.736.990

(i) Esta rubrica corresponde ao impacto da diferença entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e outras taxas de imposto aplicáveis a empresas do Grupo, nomeadamente nas operações internacionais.

(ii) A alteração nesta rubrica é explicada essencialmente pelo impacto de maiores ganhos não tributáveis no segundo trimestre de 2013, incluindo o ganho decorrente da alienação do investimento na CTM (Nota 12) e o ganho resultante da liquidação de obrigações contratuais assumidos na aquisição da Oi (Nota 7).

A redução no imposto sobre o rendimento consolidado, de um custo de 115 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 para um ganho de 5 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, reflete essencialmente um menor resultado das operações em todos os segmentos, maiores custos com redução de efetivos e maiores encargos com juros suportados. O maior lucro antes de impostos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 reflete essencialmente ganhos não tributáveis reconhecidos no segundo trimestre de 2013, conforme referido na tabela acima, os quais mais do que compensaram os efeitos mencionados anteriormente que contribuíram para a redução no imposto sobre o rendimento.

Os ativos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ascenderam a 1.149 milhões de euros em 30 de setembro de 2013 e 1.180 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, uma diminuição explicada pelo impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (71 milhões euros), o qual mais do que compensou os prejuízos fiscais reconhecidos no período por empresas do Grupo Oi. A diminuição nos passivos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de 922 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 para 812 milhões de euros em 30 de setembro de 2013, reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (75 milhões euros) e o reconhecimento em resultados do efeito fiscal dos ajustamentos a justo valor registados no âmbito da alocação do preço de compra relativo à aquisição pela Portugal Telecom dos investimentos na Oi e na Contax, concluída em março de 2011, e de alocações do preço de compra decorrentes de outras concentrações empresariais ocorridas em anos anteriores no Grupo Oi.

11. Resultados por ação e dividendos

Os resultados por ação para os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 foram calculados como segue:

		9M13	9M12	3T13	euros 3T12
Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom	(1)	305.044.913	185.699.363	21.043.368	62.592.556
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(2)	23.070.181	22.798.757	7.713.367	7.925.124
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído	(3)	328.115.094	208.498.120	28.756.735	70.517.680
Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i)	(4)	855.028.595	856.659.594	855.028.595	855.028.595
Efeito das obrigações convertíveis (ii)		84.175.084	82.472.694	84.175.084	84.175.084
	(5)	939.203.679	939.132.288	939.203.679	939.203.679
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom					
Básico	(1)/(4)	0,36	0,22	0,02	0,07
Diluído	(3)/(5)	0,35	0,22	0,02	0,07

- (i) O número médio de ações em circulação foi calculado considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por (1) 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap*, e (2) a participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações adquiridas pela Oi em 2011 e 2012, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi.
- (ii) A alteração nesta rubrica diz respeito aos ajustamentos ao preço de conversão das obrigações convertíveis em resultado dos dividendos pagos em maio de 2012.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 27 de abril de 2012, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 65 cêntimos, dos quais 21,5 cêntimos por ação já tinham sido pagos em 4 de janeiro de 2012 como um adiantamento sobre os lucros de 2011, no montante de 184.799.868 euros, e os restantes 43,5 cêntimos por ação foram pagos em 25 de maio de 2012, no montante de 371.937.439 euros, perfazendo um total de 556.737.707 euros pagos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 (Nota 15.h).

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 19 de abril de 2013, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 32,5 cêntimos, o qual foi pago em 17 de maio de 2013, no montante total de 277.884.293 euros (Nota 15.h).

Os montantes acima mencionados correspondem ao dividendo unitário pago relativamente às 896.512.500 ações emitidas ajustadas por ações próprias reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira, as quais incluem 20.640.000 ações detidas através de contratos de *equity swap* e a participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações que foram adquiridas pela Oi em 2011 e 2012.

12. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as rubricas de ativos e passivos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição:

	30 set 2013	euros 31 dez 2012
Ativos não correntes detidos para venda		
Ativos relacionados com o negócio de cabos submarinos da Oi	72.258.598	-
Imóveis detidos pela Oi	5.126.773	10.693.599
Investimento na Sportinveste Multimedia	4.768.227	4.622.069
Investimento na CTM	-	47.318.899
	82.153.598	62.634.567
Passivos não correntes detidos para venda		
Passivos relacionados com o negócio de cabos submarinos da Oi	28.442.773	-
	28.442.773	-

Estes ativos encontram-se registados ao seu valor contabilístico, o qual é menor que o seu valor de mercado deduzido de custos de transação.

a) BrT CS (negócio de cabos submarinos)

Em 15 de julho de 2013, a Oi celebrou um contrato com o BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. para a alienação da sua participação na subsidiária BrT Cabos Submarinos (BrT CS) por um montante total de 1.745 milhões de reais brasileiros (aproximadamente 147 milhões de euros numa base proporcional), sujeito a determinados ajustamentos previstos contratualmente. A BrT CS detém o controlo integral do grupo GlobeNet, o qual presta serviços integrados de dados através de um sistema de 22.500 km de cabos submarinos de fibra óptica, com pontos de ligação nos Estados Unidos da América, Ilhas Bermudas, Venezuela e Brasil. Esta transação contempla também o fornecimento de capacidade pela GlobeNet à Oi através de um contrato de longo prazo com preço fixo e garantias de volume e capacidade. Esta transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições previstas no contrato, incluindo a necessária aprovação pelos órgãos reguladores e autoridades de defesa da concorrência nos diversos países em que a GlobeNet opera. De acordo com a IFRS 5, a Empresa classificou como detidos para venda o conjunto de ativos e passivos diretamente associados a este negócio, como segue:

	milhões de euros
	30 set 2013
Ativos tangíveis e intangíveis (Nota 13)	30
Caixa e equivalentes de caixa	23
Contas a receber	3
Outros	16
Total do activo	72
Contas a pagar	20
Outros	8
Total do passivo	28
Ativos líquidos	44

b) CTM

Em 13 de janeiro de 2013, a Portugal Telecom celebrou um acordo definitivo para a venda da sua participação de 28% na CTM à CITIC Telecom e, como tal, este investimento foi classificado como um ativo não corrente detido para venda em 31 de dezembro de 2012. Com a conclusão desta transação em 20 de junho de 2013, a Portugal Telecom recebeu um montante total de 335,7 milhões de euros (Notas 1 e 15.c) e reconheceu um ganho de 310,3 milhões de euros (Nota 5) que inclui: (1) um ganho de capital de 313,4 milhões de euros, correspondente à diferença entre o valor recebido e o valor contabilístico do investimento em 31 de dezembro de 2012, líquido dos dividendos recebidos durante o primeiro trimestre de 2013, no montante de 25,2 milhões de euros (Nota 15.e), e uma perda de 3,1 milhões de euros correspondente ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial negativos relacionados com este investimento, o qual foi reclassificado para a demonstração dos resultados após a conclusão da transação.

13. Ativos tangíveis e intangíveis

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis eram como segue:

	euros	
	30 set 2013	31 dez 2012
Ativos tangíveis	5.648.245.116	6.018.873.354
Ativos intangíveis		
Licenças e outros direitos	3.096.502.074	3.540.432.361
Outros ativos intangíveis	103.117.126	99.693.726
	3.199.619.200	3.640.126.087
	8.847.864.316	9.658.999.441

As alterações ocorridas no valor contabilístico dos ativos tangíveis e intangíveis durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 são essencialmente explicadas por:

- Custos com amortizações e depreciações de 1.001 milhões de euros;
- Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no montante total de 864 milhões de euros (Nota 5);
- Ajustamentos de conversão cambial negativos no montante de 611 milhões de euros, relacionados essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro; e
- Ativos tangíveis e intangíveis do negócio de cabos submarinos da Oi (30 milhões de euros), os quais foram classificados como detidos para venda em 30 de setembro de 2013, conforme descrito na Nota 12.

Durante os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os custos com amortizações e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis foram como segue:

	9M13	9M12	3T13	euros 3T12
Amortizações e depreciações				
Ativos tangíveis	664.659.696	723.713.854	212.200.323	243.474.711
Ativos intangíveis	336.717.363	313.972.128	103.728.907	110.774.767
	1.001.377.059	1.037.685.982	315.929.230	354.249.478
Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis (Nota 5)				
Ativos tangíveis	794.438.036	833.058.930	246.895.250	353.153.982
Ativos intangíveis	69.219.655	57.120.978	20.483.301	14.904.002
	863.657.691	890.179.908	267.378.551	368.057.984

As amortizações e depreciações ascenderam a 1.001 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, em comparação com 1.038 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. Excluindo o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (63 milhões de euros), os custos com amortizações e depreciações teriam aumentado 2,6% (27 milhões de euros) no período de nove meses findo em 30 de setembro 2013 para 1.064 milhões de euros. Este aumento é explicado essencialmente por uma maior contribuição da Oi (53 milhões de euros), refletindo a amortização da licença de 4G-LTE adquirida em junho de 2012 e também o aumento dos investimentos realizados em 2013, face a 2012, nomeadamente na cobertura e capacidade das redes 2G e 3G da Oi e na capacidade, capilaridade e qualidade das redes de telefonia fixa e banda larga. A maior contribuição da Oi foi parcialmente compensada por um menor contributo dos negócios de telecomunicações em Portugal (28 milhões de euros), refletindo os menores investimentos realizados em 2012 em virtude dos investimentos realizados em anos anteriores em tecnologias de futuro e redes de nova geração, nomeadamente FTTH e cobertura 4G-LTE.

Em 30 de setembro de 2013, excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, o Grupo tinha assumido compromissos de compra de ativos fixos e existências nos montantes de 100 milhões de euros e 24 milhões de euros, respetivamente.

14. Dívida

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a dívida bruta da Portugal Telecom ascendia, respetivamente, a 10.690.702.885 euros e 11.098.505.875 euros e tinha a seguinte composição:

	30 set 2013		31 dez 2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	740.447.943	-	-	732.944.410
Empréstimos por obrigações não convertíveis	192.982.762	6.598.941.558	1.079.735.369	5.800.296.695
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	280.562.855	2.003.277.773	337.093.482	2.548.878.805
Empréstimos internos	22.634	179.051.526	2.753.090	108.765.906
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias	73.210.081	-	73.210.081	-
Papel comercial	454.000.000	-	175.750.000	-
Locação financeira	24.782.519	29.356.704	24.286.305	23.968.784
Instrumentos financeiros derivados	48.007.608	(105.171.852)	(31.333.877)	(7.657.476)
Outros financiamentos	28.403.746	142.827.028	51.258.437	178.555.864
	1.842.420.148	8.848.282.737	1.712.752.887	9.385.752.988

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a dívida bruta diminuiu 408 milhões de euros, refletindo essencialmente:

- Uma redução na dívida bruta das operações no Brasil, no montante de 383 milhões de euros, devido essencialmente ao impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (416 milhões de euros), uma vez que numa base de câmbio constante, a dívida bruta da Oi teria diminuído 33 milhões de euros em resultado de vários reembolsos efetuados durante o período, de acordo com os prazos de reembolso divulgados no último relatório anual, incluindo principalmente o reembolso das *debêntures* emitidas em março de 2006, no valor de 540 milhões de reais (51 milhões de euros numa base proporcional), parcialmente compensados pelas *debêntures* emitidas pela Oi em março de 2013, no montante de 1.500 milhões de reais (142 milhões de euros numa base proporcional) e com vencimento em 2019.
- Uma redução de 25 milhões de euros excluindo as operações no Brasil, refletindo (1) o reembolso da *Eurobond* de 1.000 milhões de euros emitida em abril de 2009, cujo passivo consolidado em aberto na maturidade ascendia a 934 milhões de euros, (2) uma redução de 350 milhões de euros no montante em dívida no âmbito de *credit facilities* contratadas em anos anteriores, (3) o reembolso de 50 milhões de euros das emissões de *floating rate notes* emitidas em agosto de 2008 e (4) o reembolso de empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento, no montante de 26 milhões de euros. Estes efeitos foram parcialmente compensados por (1) o aumento de 278 milhões de euros no montante em dívida no âmbito de programas de papel comercial da Portugal Telecom, (2) a emissão de uma nova *Eurobond* no montante de 1.000 milhões de euros em 10 de maio de 2013, com vencimento em 2020 e juros a uma taxa fixa de 4,625%, e (3) um financiamento de 70 milhões de euros obtido em maio de 2013 e com vencimento em 2017.

Com exceção do acima referido, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a Portugal Telecom (a) não emitiu novos empréstimos obrigacionistas ou obrigações convertíveis, (b) não amortizou empréstimos obrigacionistas que se encontravam em dívida em 31 de dezembro de 2012 e (c) não contratou novas linhas de crédito nem emitiu obrigações de taxa variável de montante significativo. Adicionalmente, os reembolsos da dívida foram efetuados em linha com a maturidade divulgada no último relatório anual.

Excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, a posição de liquidez, incluindo montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial com tomada firme e linhas de crédito acrescidos das disponibilidades, totalizou um montante de 3.312 milhões de euros.

Em 11 de fevereiro de 2013, a Standard & Poors anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o rating de longo prazo de BB+ para BB com *outlook* negativo, e manteve o rating de curto prazo em B.

Em 15 de agosto de 2013, a Fitch anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à Portugal Telecom e à sua subsidiária PT Finance, diminuindo o rating de longo prazo de BBB para BBB-. O *outlook* mantém-se negativo.

15. Demonstração dos fluxos de caixa

- (a) **Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros** - Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica "Impostos indiretos", e ainda pagamentos relativos a Imposto sobre o Valor Acrescentado em Portugal e ICMS no Brasil. A diminuição de 278 milhões de euros nesta rubrica reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (123 milhões de euros) e um montante recebido pela Oi, no valor aproximado de 100 milhões de euros, pela cedência do direito de exploração de determinadas torres da sua infraestrutura de rede fixa.
- (b) **Aplicações financeiras de curto prazo** - Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os pagamentos líquidos ascenderam a 86.571.435 euros e 142.305.283 euros nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, respetivamente.
- (c) **Recebimentos provenientes de investimentos financeiros** - No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, esta rubrica inclui essencialmente um montante de 335,7 milhões de euros recebido no âmbito da alienação do investimento na CTM (Nota 12).
- (d) **Recebimentos (pagamentos) respeitantes a juros e proveitos (custos) similares** - Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os pagamentos respeitantes a juros e custos similares suportados líquidos dos recebimentos provenientes de juros e proveitos similares obtidos ascenderam a 378.109.519 euros e 388.139.208 euros, respetivamente. Esta redução está relacionada essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro (21 milhões de euros). Numa base de câmbio constante, os pagamentos respeitantes a juros e custos similares suportados líquidos dos recebimentos provenientes de juros e proveitos similares obtidos teriam aumentado essencialmente devido a uma maior contribuição das operações em Portugal e da Oi, refletindo o aumento do custo da dívida em Portugal e o aumento da dívida líquida média do Brasil, conforme explicado na Nota 8.
- (e) **Recebimentos de dividendos** - Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, os recebimentos provenientes de dividendos são como segue:

	euros	
	9M13	9M12
CTM (Note 12)	25.228.274	24.503.286
Unitel	-	31.550.246
Outras	1.218.473	1.325.554
	26.446.747	57.379.086

- (f) **Empréstimos** - Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 126.521.803 euros, refletindo vários efeitos que se compensam entre si, conforme divulgado na Nota 14, incluindo essencialmente a emissão em maio de 2013 de um *Eurobond* no

montante de 1.000 milhões de euros e o reembolso em abril de 2013 do Eurobond de 2009, no montante de Euro 936 milhões.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 844.331.623 euros e, conforme explicado na Nota 14, refletem essencialmente (1) o reembolso do *Eurobond* de 1.300 milhões de euros emitido pela PT Finance em março de 2005, (2) o reembolso de *debentures* no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em maio de 2011 (156 milhões de euros numa base proporcional, e (3) reembolsos de diversos outros financiamentos celebrados em anos anteriores pelo Grupo Oi, de acordo com os planos de reembolso estabelecidos. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelas obrigações de 400 milhões de euros emitidas pela Portugal Telecom em julho de 2012 e por *senior notes* (1.500 milhões de dólares) e *debentures* (2.000 milhões de Reais Brasileiros) emitidos pela Oi, S.A. no montante total de 479 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom.

(g) Recebimentos (pagamentos) resultantes de outras atividades de financiamento - Esta rubrica inclui essencialmente (1) a liquidação de derivativos de taxa de câmbio pela Oi (recebimentos líquidos de 36 milhões de euros e pagamentos líquidos de 9 milhões de euros nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, respetivamente), (2) pagamentos a acionistas não controladores da Africatel relativos a reduções de capital realizadas por esta empresa no primeiro semestre de 2012 (13 milhões de euros), e (3) um montante total de 293 milhões de euros pago pela Oi em abril de 2012 no âmbito da conclusão da Reorganização Societária do Grupo Oi, incluindo 2.000 milhões de Reais Brasileiros pagos em relação ao exercício dos direitos de recesso e 762 milhões de Reais Brasileiros pagos aos anteriores acionistas da Brasil Telecom relativamente à bonificação de ações resgatáveis.

(h) Dividendos pagos - Os dividendos pagos durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

	euros	
	9M13	9M12
Portugal Telecom (Nota 11)	277.884.293	556.737.307
Oi e Contax (i)	22.289.996	42.929.114
MTC	20.272.767	11.011.524
Outras	8.991.723	19.606.501
	329.438.779	630.284.446

(i) Os dividendos pagos pela Oi e pela Contax incluídos nesta rubrica correspondem essencialmente à diferença entre a consolidação proporcional dos dividendos pagos por estas empresas e a consolidação dos montantes recebidos pelos seus acionistas controladores, incluindo a Telemar Participações, a AG Telecom Participações, a LF-Tel e a Bratel Brasil.

(i) Pagamentos resultantes da aquisição de ações próprias - Esta rubrica corresponde aos montantes pagos pela Oi durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 pela aquisição de ações da Portugal Telecom, no âmbito da pareceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a Oi adquiriu um total de 25,1 milhões de ações da Portugal Telecom por um montante total de 100 milhões de euros, dos quais 23.198.433 euros foram consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom como aquisição de ações próprias. Em resultado da aquisição destas 25,1 milhões de ações, e tendo em conta a aquisição de 64,6 milhões de ações realizada em 2011, a Oi detém atualmente 10,0% das ações emitidas da Portugal Telecom, conforme previsto na pareceria estratégica celebrada com a Portugal Telecom.

16. Partes relacionadas

a) Empresas associadas e controladas conjuntamente

Os saldos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e as transações ocorridas durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e controladas conjuntamente são como segue:

Empresa	euros					
	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	30 Set 2013	31 dez 2012	30 Set 2013	31 dez 2012	30 Set 2013	31 dez 2012
Entidades controladas conjuntamente (i)	5.018.193	5.657.114	-	-	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel (ii)	243.476.498	245.675.718	5.669.118	5.809.113	-	-
Multitel	7.171.827	7.517.277	210.376	323.322	915.058	936.627
CTM	-	154.198	-	15.743	-	-
Outras	687.044	-	-	-	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	1.078.631	4.383.690	1.281.823	6.517.948	-	-
PT-ACS	4.088.414	2.417.335	1.223.732	2.386.234	-	-
Fundação PT	867.869	569.949	10	11	-	-
Sportinveste Multimédia	64.009	103.641	169.583	643.387	32.282.861	32.282.861
Siresp	14.039	38.179	-	-	1.260.909	1.513.090
Outras	399.301	230.808	1.162.642	502.404	2.392.443	2.478.408
	262.865.825	266.747.909	9.717.284	16.198.162	36.851.271	37.210.986

(i) Esta rubrica refere-se essencialmente a saldos em dívida entre a Contax e a Oi e corresponde aos montantes decorrentes da diferença entre as percentagens de consolidação da Contax (44,4%) e da Oi (25,6%), a qual não é eliminada no processo de consolidação.

(ii) As contas a receber da Unitel em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro 2012 respeitam essencialmente a dividendos atribuídos por esta empresa associada.

Empresa	euros					
	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	9M13	9M12	9M13	9M12	9M13	9M12
Entidades controladas conjuntamente (i)	1.852.849	2.437.205	89.120.620	89.818.469	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel	4.171.454	4.836.933	9.998.466	9.425.948	-	-
Multitel	303.602	249.374	1.299.423	1.921.523	-	-
CTM	74.739	43.568	88.654	176.106	-	-
Outras	21.743	168.065	-	54.116	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas (ii)	16.278.836	21.210.140	2.645.241	1.641.770	-	414
PT-ACS	5.384.368	5.974.391	2.114.406	1.815.883	-	-
Sportinveste Multimédia	696.122	593.886	133.224	130.596	24.677	43.329
Siresp	-	24.200	11.238.215	10.723.369	44.111	88.571
Outras	513.445	517.527	3.120.107	3.128.794	94.450	33.692
	29.297.158	36.055.289	119.758.356	118.836.574	163.238	166.006

(i) Esta rubrica refere-se essencialmente a transações celebradas entre a Contax e a Oi e corresponde aos montantes decorrentes da diferença entre as percentagens de consolidação da Contax (44,4%) e da Oi (25,6%), a qual não é eliminada no processo de consolidação.

(ii) A redução nos custos com as Páginas Amarelas está relacionada basicamente com o declínio no negócio das listas telefónicas.

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relativos a serviços prestados pela empresa Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas, ao abrigo do qual a empresa Páginas Amarelas é responsável por produzir, publicar e distribuir as listas telefónicas da PT Comunicações, e também por vender espaço publicitário nas listas telefónicas;

- Empréstimos concedidos à Sportinveste Multimédia no âmbito do acordo de acionistas desta participada, de modo a financiar a sua atividade;
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel; e
- Serviços de *call centre* prestados pela Contax à Oi.

b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da atividade, incluindo depósitos bancários, investimentos de curto prazo e financiamentos, bem como a prestação de serviços de telecomunicações pela Empresa a essas entidades. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e os saldos nessa data, excluindo os saldos em aberto relativos a depósitos, investimentos de curto prazo e financiamentos com os principais acionistas da Portugal Telecom, são como segue (incluindo IVA):

Empresa	euros			
	Receitas e ganhos (i)	Custos e perdas (i)	Contas a receber	Contas a pagar
BES	51.007.640	20.337.054	2.141.272	493
Caixa Geral de Depósitos	12.245.462	3.121.521	2.681.613	256.446
Visabeira	7.016.958	56.385.665	31.051.934	22.909.341
Controlinveste	1.864.983	35.288.393	409.066	3.525.025
Ongoing	379.864	2.243.775	325.359	264.884
BlackRock	790	16.748	-	71
UBS	29	33.750	123	-
	72.515.725	117.426.906	36.609.367	26.956.260

(i) As receitas e ganhos incluem vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom e juros recebidos sobre depósitos bancários, enquanto os custos e perdas incluem fornecimentos e serviços externos prestados à Portugal Telecom e juros pagos em contratos de financiamento e de *equity swaps*.

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus acionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde em Portugal, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 6), são geridos de acordo com uma política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração da Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 30 de setembro de 2013, a exposição total desses investimentos ao BES, Rocha dos Santos Holding e Portugal Telecom ascendia a 68 milhões de euros, 104 milhões de euros e 52 milhões de euros, respetivamente, o que compara com 77 milhões de euros, 104 milhões de euros e 66 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, respetivamente.

c) Outros

Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 4,08 milhões de euros em ambos os períodos.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a receber uma remuneração variável em função da performance alcançada, 50% da qual deve ser paga no ano seguinte e os

restantes 50% devem ser pagos 3 anos mais tarde se determinadas medidas de performance forem atingidas. A Portugal Telecom reconhece anualmente os encargos relativos a estas remunerações variáveis. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, a remuneração variável anual referente ao exercício de 2012 paga aos sete administradores executivos ascendeu a 2,2 milhões de euros, o que compara com 2,4 milhões de euros referentes à remuneração variável anual do exercício de 2011 paga aos sete administradores executivos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012. Adicionalmente, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e nos termos de deliberação da Comissão de Vencimentos, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1,9 milhões de euros aos administradores executivos relativo ao desempenho de médio prazo ("RVMP") de 2009, cujo pagamento havia sido diferido nesse ano, tendo ainda pago um montante de 0,7 milhões de euros ao Presidente do Conselho de Administração a título de prémio pelo desempenho alcançado no mandato de 3 anos concluído em 2011.

Adicionalmente, no âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, cinco dos administradores (seis em 2012) da Portugal Telecom desempenham funções executivas nestas empresas (entidades controladas conjuntamente pela Empresa), tendo recebido nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 uma compensação fixa total nos montantes de 1,5 milhões de Reais Brasileiros (0,5 milhões de euros) e 1,6 milhões de Reais Brasileiros (0,7 milhões de euros), respetivamente, a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Em complemento da política de remuneração acima referida, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 30 de setembro de 2013, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 3,3 milhões de euros e 4,0 milhões de euros, respetivamente. As remunerações variáveis pagas aos dirigentes da Empresa nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 ascenderam a 2,2 milhões de euros e 2,5 milhões de euros, respetivamente.

17. Ativos e passivos financeiros

A Portugal Telecom encontra-se exposta essencialmente a riscos de mercado relacionados com alterações nas taxas de câmbio e taxas de juro, riscos de crédito e riscos de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco da Portugal Telecom é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável. Conforme explicado em maior detalhe no último Relatório Anual Consolidado, a Portugal Telecom efetua a gestão destes riscos financeiros essencialmente através de:

- (i) Instrumentos financeiros derivados de taxa de câmbio contratados de forma a reduzir o risco associado à dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do país onde a empresa opera, o qual respeita essencialmente a uma parcela da dívida contratada pela Oi e suas subsidiárias que não se encontra coberta indiretamente através de aplicações financeiras também denominadas em moeda estrangeira.
- (ii) Derivados de taxa de juro contratados com o objetivo de converter dívida de taxa variável em dívida de taxa fixa, de modo a reduzir os riscos associados à parcela da dívida do Grupo que vence juros a taxa variável e que não se encontra coberta indiretamente através de aplicações financeiras, uma vez que estas também vencem juros a taxas variáveis.
- (iii) Uma monitorização regular das contas a receber de serviços prestados a clientes de modo a gerir o risco de crédito, procedimento que é realizado separadamente para cada um dos negócios do Grupo e tem como objectivos principais (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e a antiguidade da conta a receber de cada cliente, (b) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido, (c) realizar análises de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular, e (d) analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado.

- (iv) Manutenção de uma posição de liquidez e de uma maturidade média da dívida que permita ao Grupo amortizar a sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações contratuais. A posição de liquidez da Portugal Telecom é calculada com base no montante disponível de caixa e equivalentes acrescido dos montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial e linhas de crédito com tomada firme, conforme mencionado na Nota 14.

A contratação dos instrumentos financeiros derivados acima referidos é efetuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e envolve a consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras de diferentes cenários. A Comissão Executiva monitoriza regularmente estes riscos financeiros.

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico e o justo valor dos principais ativos e passivos financeiros do Grupo em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, incluindo o nível da hierarquia de justo valor para aqueles para os quais foi apurado justo valor:

Rubrica	Hierarquia de justo valor (i)	30 set 2013		31 dez 2012	
		Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos financeiros registados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		1.988,9	1.988,9	2.507,1	2.507,1
Investimentos de curto-prazo		938,6	938,6	880,2	880,2
Contas a receber - Clientes (ii)		1.416,8	1.416,8	1.518,9	1.518,9
Contas a receber - Outros (ii)		530,1	530,1	481,9	481,9
Investimentos em empresas associadas - empréstimos concedidos		5,3	5,3	5,6	5,6
		4.879,7	4.879,7	5.393,7	5.393,7
Passivos financeiros registados ao custo amortizado:					
Dívida - obrigações convertíveis (Nota 14) (iii)	Nível 1	740,4	760,2	732,9	766,0
Dívida - obrigações não convertíveis (Nota 14)					
Operações em Portugal (iii)	Nível 1	4.730,2	4.762,9	4.716,0	4.809,9
Operações no Brasil (iv)	Nível 2	2.061,7	1.981,0	2.164,0	2.256,3
Dívida - empréstimos bancários (Nota 14) (iv)	Nível 2	2.462,9	2.428,3	2.997,5	2.950,8
Dívida - equity swaps sobre ações próprias (Nota 14) (v)	Nível 2	73,2	(6,3)	73,2	(4,1)
Dívida - outros empréstimos (Nota 14) (vi)		625,2	625,2	405,6	405,6
Contas a pagar (ii)		933,9	933,9	1.263,2	1.263,2
Acréscimo de custos (ii)		868,5	868,5	792,8	792,8
Outros passivos correntes		96,7	96,7	94,2	94,2
Outros passivos não correntes		155,3	155,3	210,8	210,8
		12.748,2	12.605,8	13.450,3	13.545,6
Passivos financeiros registados de acordo com o IAS 17:					
Dívida - locações financeiras (Nota 14)		54,1	54,1	48,3	48,3
		54,1	54,1	48,3	48,3
Instrumentos financeiros derivados (vii)					
Dívida		57,2	57,2	39,0	39,0
Outros ativos (passivos) não correntes		(0,0)	(0,0)	3,6	3,6
		57,2	57,2	42,6	42,6

- (i) A IFRS 7 estabelece que o justo valor deve ser baseado nos pressupostos que os participantes de mercado utilizariam na definição do preço do ativo ou do passivo, e estabelece uma hierarquia da informação utilizada para desenvolver esses pressupostos, denominada hierarquia do justo valor. Esta hierarquia atribui maior importância às informações de mercado disponíveis (dados observáveis) e menor importância às informações relativas a dados sem transparência (dados não observáveis), cuja classificação varia do Nível 1 ao Nível 3, respetivamente. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, não ocorreram transferências significativas entre os níveis da hierarquia de justo valor.
- (ii) A generalidade das contas a receber, contas a pagar e acréscimos de custos têm maturidades de curto prazo, pelo que se considerou que o justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos. Existem no entanto algumas contas a receber e a pagar não correntes que se encontram registadas a valor presente e para as quais não existe um mercado ativo, motivo pelo qual também se considerou que o justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.
- (iii) O justo valor das obrigações convertíveis e não convertíveis das operações em Portugal foi determinado com base em valores cotados em mercados ativos.
- (iv) O justo valor da dívida das operações no Brasil e de determinados financiamentos bancários das operações em Portugal foi determinado com base numa metodologia de fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* que são observáveis no mercado, exceto para alguns financiamentos obtidos pelas operações no Brasil junto do BNDES e de agências de crédito à exportação que correspondem a mercados exclusivos, motivo pelo qual se assumiu que o justo valor é semelhante ao valor contabilístico.

- (v) O justo valor do instrumento financeiro associado ao passivo relativo ao contrato de *equity swap* sobre ações próprias foi determinado através da diferença entre o preço de exercício destes *equity swap* e a cotação da ação da Portugal Telecom aquela data, incluindo ainda o efeito de juros.
- (vi) Os outros financiamentos incluem essencialmente montantes em dívida no âmbito de programas de papel comercial, os quais têm maturidades inferiores a 3 meses, e determinados financiamentos das operações no Brasil que foram obtidos em mercados exclusivos, motivos pelos quais se assumiu que o justo valor destes instrumentos financeiros é semelhante aos respetivos valores contabilísticos.
- (vii) Os instrumentos financeiros derivados são registados a justo valor com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, utilizando *inputs* que são observáveis no mercado.

A Portugal Telecom considera que o principal pressuposto utilizado na metodologia de fluxos de caixa descontados preparada internamente está relacionado com a taxa de desconto. Adicionalmente, a Portugal Telecom também utilizou taxas *forward* de juro e de câmbio obtidas diretamente através de informações de mercado, tomando em consideração a maturidade e a moeda de cada instrumento financeiro.

18. Eventos subsequentes

Conforme mencionado na Nota 1, em 1 de outubro de 2013, a Portugal Telecom, a Oi, a AG Tel, a LF Tel e respetivas filiais celebraram um acordo de intenções que define os princípios essenciais para uma proposta de fusão entre a Portugal Telecom, a Oi e as Holdings da Oi, com vista a constituírem uma única e integrada sociedade cotada.

Anexos

Destaques financeiros consolidados ⁽¹⁾	Milhões de euros		
	9M13	9M12	Δ13/12
Receitas operacionais	4.546,7	4.983,9	(8,8%)
Custos operacionais ⁽²⁾	3.032,4	3.255,1	(6,8%)
EBITDA ⁽³⁾	1.514,3	1.728,8	(12,4%)
Resultado operacional ⁽⁴⁾	475,9	644,2	(26,1%)
Resultado líquido	305,0	185,7	64,3%
Capex	863,7	890,2	(3,0%)
Capex em % das receitas operacionais (%)	19,0	17,9	1,1pp
EBITDA menos Capex	650,7	838,6	(22,4%)
Cash flow operacional	489,4	616,5	(20,6%)
Free cash flow	65,5	(263,7)	n.s.
Dívida líquida ajustada ⁽⁵⁾	7.574,4	7.538,5	0,5%
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax ⁽⁵⁾	4.620,4	4.590,5	0,7%
Resp. não fin. com benef. de reforma líq. de impostos	652,9	615,7	6,0%
Margem EBITDA (%) ⁽⁶⁾	33,3	34,7	(1,4pp)
Dívida líquida ajustada / EBITDA (x) ⁽⁵⁾	3,7	3,3	0,4x
Resultado líquido por ação	0,36	0,22	64,7%
Resultado líquido por ação diluído ⁽⁷⁾	0,35	0,22	61,3%

(1) Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, conforme explicado com mais detalhe na secção "Alterações nas políticas contabilísticas e estimativas". (2) Custos operacionais = custos com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (3) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (5) A dívida líquida encontra-se ajustada pelos créditos fiscais, ainda não utilizados, obtidos na transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português. (6) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais. (7) O resultado líquido por ação diluído considera o lucro líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de ações diluídas.

Anexos

Dados operacionais • Portugal

	9M13	9M12	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	5.137	5.007	2,6%
PSTN/RDIS	2.564	2.610	(1,7%)
Clientes de banda larga	1.280	1.200	6,7%
Clientes de TV	1.294	1.198	8,0%
Clientes móveis ('000)	7.807	7.386	5,7%
Póspagos	2.782	2.463	12,9%
Prépagos	5.025	4.922	2,1%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	85	212	(59,9%)
PSTN/RDIS	(40)	(38)	(6,4%)
Clientes de banda larga	55	94	(41,6%)
Clientes de TV	70	156	(54,9%)
Clientes móveis ('000)	209	(58)	n.s.
Póspagos	313	86	265,6%
Prépagos	(104)	(144)	27,6%
Dados em % das receitas de serviço (%)	36,2	32,1	4,1pp

Dados operacionais • Segmento Residencial

	9M13	9M12	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	3.878	3.791	2,3%
PSTN/RDIS	1.671	1.683	(0,7%)
Clientes de banda larga	1.041	994	4,7%
Clientes de TV	1.167	1.114	4,8%
Clientes únicos	1.854	1.878	(1,3%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	37	234	(84,2%)
PSTN/RDIS	(21)	9	n.s.
Clientes de banda larga	26	84	(69,1%)
Clientes de TV	32	141	(77,3%)
ARPU (euros)	31,8	31,7	0,4%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	65,6	63,1	2,5pp

Anexos

Dados operacionais • Segmento Pessoal

	9M13	9M12	Δ13/12
Clientes móveis ('000)	6.254	5.806	7,7%
Póspagos	1.414	1.082	30,6%
Prépagos	4.840	4.724	2,5%
Adições líquidas ('000)	230	(126)	282,3%
Póspagos	321	19	n.s.
Prépagos	(91)	(145)	37,2%
MOU (minutos)	97	94	3,3%
ARPU (euros)	7,6	8,8	(13,1%)
Cliente	7,2	8,1	(11,0%)
Interligação	0,5	0,7	(36,4%)
SARC (euros)	24,7	28,7	(14,0%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	35,7	32,9	2,7pp

Dados operacionais • Segmento Empresas

	9M13	9M12	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	1.069	1.024	4,4%
PSTN/RDIS	708	738	(4,0%)
Clientes de banda larga	236	203	16,4%
Clientes de TV	125	82	51,0%
RGU de retalho por acesso	1,51	1,39	8,9%
Clientes móveis ('000)	1.499	1.516	(1,1%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	51	(63)	180,3%
PSTN/RDIS	(17)	(88)	81,2%
Clientes de banda larga	29	10	177,7%
Clientes de TV	38	14	165,0%
Clientes móveis ('000)	(15)	71	(121,0%)
ARPU (euros)	21,2	23,9	(11,5%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	53,3	49,0	4,3pp

Glossário

ARPU	Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período, incluindo receitas de interligação e de roaming-out.
Capex	Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.
Cash flow	A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.
Curtailement costs	Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.
Resultados líquidos por acção diluídos	Resultados líquidos por acção calculado considerando o resultado líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de acções diluídas.
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+ custos com benefícios de reforma.
Empresas	Segmento operacional que inclui todas as grandes, pequenas e médias empresas que subscrevem produtos e serviços da rede fixa e da rede móvel. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
Margem EBITDA	Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.
Free cash flow	Free cash flow = cash flow operacional+/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.
FTTH	Fibre-to-the-home. Rede de fibra óptica. Rede de nova geração que permite levar fibra óptica até às instalações do cliente.
GSM	Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.
HDTV	High Definition Television. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução superior à dos formatos tradicionais.
IAS/IFRS	International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico promovido pelo International Accounting Standards Board. Foi adoptado a partir de 1 de janeiro de 2005.
Resultado operacional	Resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos

Glossário

	(ganhos) líquidos.
IP	Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.
IPTV	Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.
RDIS	Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.
ISP	Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.
MMS	Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.
MOU	Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período. O MOU dos segmentos não inclui minutos de interligação.
Dívida líquida	Dívida líquida = Dívida de curto prazo + dívida de médio e longo prazo – Disponibilidades e títulos negociáveis.
NGAN	Next generation access network. Rede de alta velocidade capaz de transportar eficientemente uma variedade de serviços, incluindo voz, dados, vídeo e multimédia.
Cash flow operacional	Cash flow operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneiio +/- provisões não monetárias.
PRB	Post Retirement Benefits Costs. Custos com Benefícios de Reforma.
PSTN	Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.
RGU de retalho por acesso	Acessos de retalho por acesso por acessos PSTN/RDIS.
SARC	Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos com aquisição e retenção de clientes. $SARC = (70\% \text{ dos custos de marketing e publicidade} + \text{comissões} + \text{subsídios}) / (\text{adições brutas} + \text{upgrades})$.
Serviços cloud	Serviços com modelo de prestação alternativo para disponibilização de recursos virtualizados de TI/SI, acedidos centralmente por via de uma rede, em modelo as a service, e com pagamento por utilização (pay as you use), tendo como âmbito de oferta infra-estrutura (IaaS), software (SaaS) e plataformas (PaaS), e crescentemente outro tipo de ofertas e.g. Comunicação (CaaS) e Segurança.

Glossário

SMS	Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.
Oferta Triple-play	(1) Oferta integrada de três serviços, que inclui televisão, internet de banda larga e serviços de voz fixa num pacote, e (2) clientes de três serviços não integrados numa oferta, que subscrevem serviços de televisão, internet de banda larga e voz fixa da PT através de adesões individuais em vez de aderirem a uma oferta integrada..
Oferta Quadruple-play	(1) Oferta integrada de quatro serviços, que inclui televisão, internet de banda larga e serviços de voz fixa e móvel num pacote, e (2) clientes de quatro serviços não integrados numa oferta, que subscrevem serviços de televisão, internet de banda larga e voz fixa e móvel da PT através de adesões individuais em vez de aderirem a uma oferta integrada.
Pessoal	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede móvel, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
Planos Tribais	Tarifa plana pré-paga com tráfego ilimitado entre subscritores com o mesmo plano tarifário.
Receitas não voz como % das receitas	Percentagem das receitas de serviço de retalho relacionadas com serviços de dados, vídeo e outros serviços que não voz.
Residencial	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede fixa em casa, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
VoD	Video-on-demand. Sistema que permite aos utilizadores a selecção e o visionamento de vídeos.
Wholesale, outros e eliminações	Segmento de cliente que inclui o negócio de wholesale para a rede fixa e rede móvel, os outros negócios (ex: listas telefónicas) e todas as eliminações intragrupo relacionadas com os negócios de telecomunicações em Portugal.
3G	3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à tecnologia GSM.
4G	4Generation. Quarta geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (LTE/LTE Advanced) com grande eficiência de espectro, elevados débitos de pico, baixa latência e flexibilidade de frequências, o que permite melhores serviços de banda larga e multimédia.